

Quem disse ?

«Sem bases, não há partido. Sem militantes, tudo fica reduzido à lógica aparelhística e aos carreiristas.»

Manuel Alegre
Diário de Notícias,
23 de Dezembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1001 7 JANEIRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Ratificação no Parlamento

PS unido na defesa do Tratado de Amesterdão

O primeiro-ministro participou ontem no debate parlamentar sobre a ratificação do Tratado de Amesterdão, negociação em que desempenhou um papel fundamental e na qual foram integralmente defendidos os interesses nacionais no quadro dos «Quinze» da União Europeia. Além do chefe do Governo, usaram da palavra no debate o ministro dos Negócios Estrangeiros, que abriu a discussão, e o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa. Pela parte do PS, usou da palavra o deputado Medeiros Ferreira, que também assumiu a defesa das vertentes essenciais do Tratado de Amesterdão, mas que igualmente não hesitou em lembrar as dúvidas que se levantam em relação ao futuro.

Segunda-feira, na sessão solene para assinalar a introdução da moeda única, António Guterres criticou duramente a fragilidade política da União Europeia. «Não há um espaço público europeu, os políticos respondem perante as suas próprias opiniões nacionais, o que facilita a emergência de egoísmos nacionais e o chamado défice democrático europeu», afirmou.

Acompanhado pelos ministros das Finanças e da Economia, António Guterres lembrou ainda a incapacidade política da União Europeia para assegurar a sua própria defesa colectiva, que ficou bem patente na recente crise com o Iraque. Para o chefe do Governo, embora Portugal apresente indicadores macroeconómicos compatíveis com o espaço do euro, ainda regista atrasos estruturais, devido aos baixos níveis de qualificação e de produtividade. Sousa Franco, por seu turno, enalteceu o facto de tudo estar a correr bem no País, estando Portugal, actualmente, «no centro político europeu». Finalmente, Pina Moura não escondeu a existência de dificuldades para as empresas portuguesas nos primeiros momentos de adaptação ao euro.

1998 UM ANO DE OURO PARA PORTUGAL

1999 CONSOLIDAR A MUDANÇA

Para a História de Portugal da presente década ficarão seguramente como marcos fundamentais a adesão do país no grupo da frente da moeda única, o sucesso da realização da Expo-98 e a conclusão da Ponte Vasco da Gama. Mas 1998 foi também o ano em que os portugueses assistiram a grandes progressos sociais e económicos. A inflação atingiu o mínimo histórico de 1,9 por cento, houve aumento generalizado do nível de vida dos cidadãos, e os pensionistas e pessoas mais carenciadas foram alvo de maiores apoios por parte do Governo socialista. Em 1999, o objectivo é consolidar os progressos já registados desde 1996, preservar o clima de estabilidade política e vencer externamente o desafio da qualidade.

Moção de António Guterres



A nossa via – Uma relação de confiança com os portugueses

O «Acção Socialista» publica na edição de hoje a moção que o secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres, irá apresentar no Congresso de 6 e 7 de Fevereiro, no Pavilhão dos Desportos.

Economia

1 de Janeiro de 1999 Nasceu o euro



O primeiro dia de 1999 será para sempre recordado como a data de criação da moeda única europeia. Mais poder de compra, crédito mais barato e melhores negócios serão as consequências do nascimento do euro, um passo histórico que uniu como nunca 11 Estados-Nações da Europa, incluindo Portugal.



200,482

A entrada de Portugal na terceira fase da União Económica e Monetária, confirmada a 2 de Maio de 1998, em Bruxelas, veio trazer um conjunto de novos desafios económicos e sociais ao nosso país. Com a adesão ao euro, Portugal adquiriu o certificado que lhe permitirá estar no centro das decisões do processo de construção europeia. Com a alvorada do novo ano ficaram definitivamente conhecidas as paridades entre as moedas dos países fundadores do euro, bem como o valor destas em relação à moeda única.

No caso português, 200,482 escudos foi o valor definido, como valendo cada euro. É com base neste valor que os portugueses se irão habituando ao euro que passará definitivamente a fazer parte do nosso quotidiano a 1 de Janeiro de 2002.

O ano que agora terminou ficou marcado para a história como um ano de ouro para Portugal em termos sociais e económicos. Em 1998 a inflação atingiu o mínimo histórico de 1,9 por cento e a política económica seguida pelo actual Executivo permitiu um aumento generalizado do nível de vida dos cidadãos. A forte componente social do Governo de António Guterres tem vindo a contribuir para uma melhoria significativa da vida dos pensionistas e dos estratos mais carenciados.

Mas o ano de 1998 foi também o ano de Portugal no Mundo. A última exposição mundial do século juntamente com a conclusão da Ponte Vasco da Gama - inaugurada a 29 de Março pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro - e o lançamento de outras obras rodoviárias importantes, vieram confirmar a enorme capacidade de realização do Governo socialista. A Expo-98 que abriu pontualmente a 22 de Maio foi o orgulho de todos os portugueses que ainda hoje continuam a acorrer em massa ao Parque das Nações.

Áreas como a da segurança, dos direitos dos cidadãos, da justiça, do combate à droga, da diplomacia, da economia e da educação estiveram em grande destaque no ano que agora terminou.

Já no próximos dias 6 e 7 de Fevereiro, a realização do Congresso do Partido Socialista irá permitir definir as grandes linhas estratégicas que levarão o PS a ultrapassar com grande êxito os dois próximos actos eleitorais. A moção subscrita por António Guterres - A nossa via - Uma relação de confiança com os portugueses - que o «Acção Socialista» hoje publica na íntegra, é exemplo da determinação e do empenho com que o PS pretende enfrentar os desafios do século XXI.

PE REJEITA CONTAS DO ORÇAMENTO COMUNITÁRIO DE 96

O Parlamento Europeu rejeitou no dia 17 de Dezembro as contas do orçamento comunitário de 1996 apresentadas pela Comissão Europeia (CE).

O relatório que propunha a aprovação da execução do orçamento de 1996 foi rejeitado por 270 contra 225 votos a favor e 23 abstenções em 518 votantes.

O PPE e os deputados alemães foram os motores desta censura à Comissão.

Esta decisão poderá conduzir em breve à apresentação de uma moção de censura contra o executivo comunitário pela presidente do Grupo Socialista Europeu, Pauline Green, para clarificar a situação e, certamente, apanhar o PPE e os grupos políticos que o seguiram nas suas contradições.

Ou seja, não se pode manifestar desconfiança à Câmara para gerir as contas e as políticas da UE e permitir ao mesmo tempo que continue em funções.

Acresce que este é o momento menos indicado para abrir uma crise na Europa, designadamente porque no dia 1 de Janeiro entrou em vigor a moeda única e porque está em curso todo o complexo processo de definição dos termos da «Agenda 2000» e dos recursos financeiros da UE.

Luis Marinho, líder dos socialistas portugueses, sublinha que os deputados do PS no PE consideram «a fragilização da Comissão justificada pelos interesses das grandes potências que quiseram encontrar uma forma para agravar ainda mais as propostas financeiras em prejuízo da coesão».

Recorde-se que o presidente da CE, Jacques Santer, tinha desafiado o Parlamento Europeu a apresentar uma moção de censura em caso de rejeição da execução do orçamento de 1996.

Numa declaração escrita, adoptado por unanimidade na reunião semanal do executivo comunitário, a Comissão considerava «existir condições objectivas» para que os eurodeputados aprovassem estas contas.

«Caso contrário, o Parlamento Europeu deve clarificar a situação procedendo ao voto de uma moção de censura», sublinhava a declaração.

O Parlamento Europeu tinha retido desde Março passado a aprovação das contas de 1996 face à existência de diversos casos de alegada fraude e irregularidades.

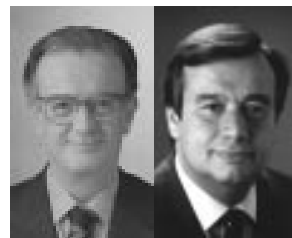
A resolução votada no passado dia 17 de Dezembro pelo PE propunha a aprovação das contas mas impunha condições drásticas à Comissão Europeia, com prazos muito concretos para que haja reformas que evitem que se reproduzam os casos de fraude.

A Comissão Europeia tinha sublinhado na declaração entregue ao presidente do PE e às presidências dos grupos que a maioria das exigências dos parlamentares coincidem com os objectivos de reforma do executivo.

O «dossier» foi novamente enviado à comissão parlamentar do controlo orçamental, anunciou o presidente do Parlamento Europeu, José Maria Gil-Robles.

MAIS SOLIDARIEDADE PARA 1999

Jorge Sampaio e António Guterres apelaram nas suas mensagens de Natal de Ano Novo para uma maior solidariedade perante os cidadãos mais carenciados. O primeiro-ministro criticou o neoliberalismo e prometeu não desistir enquanto subsistirem injustiças sociais e fenómenos de exclusão. Já o Presidente da República alertou para a necessidade de serem consolidados em 1999 os resultados obtidos no bom ano de 1998.



Na sua mensagem de Natal, o primeiro-ministro apelou ao combate «sem hesitações ao egoísmo e alguma arrogância neoliberal, em relação à pobreza, ao desemprego, à exclusão e à marginalidade. São estas, de facto, as principais ameaças à coesão e à paz nas sociedades contemporâneas — na nossa própria sociedade», observou António Guterres. «Todos os dias se colocam novos e difíceis desafios, aos quais teremos sempre de responder com a nossa fidelidade aos valores essenciais: a liberdade democrática, a solidariedade e a justiça social», considerou. Depois de lembrar que o Natal é tradicionalmente «um tempo de paz, de afecto e de amizade», sentimentos que não distinguem raças, credos, ricos ou pobres», o chefe do Executivo lembrou a necessidade de se ir mais longe. «É preciso combater a indiferença para ganhar consciências colectivas mais solidárias», disse ainda Guterres, para quem «é preciso dinamizar as vontades para vencer a exclusão social, a desigualdade, a pobreza, a solidão e a injustiça.»

«Conseguimos estabilidade, desenvolvi-

mento e melhor qualidade de vida. Conseguimos diminuir o desemprego, aumentar o conhecimento, promover a ciência e a cultura, mas enquanto subsistirem situações de injustiça e de carência, de exclusão, de ausência de saber, de solidão e de sofrimento não desistiremos», sublinhou o primeiro-ministro.

Na sua mensagem de Ano Novo, o chefe de Estado não hesitou em classificar o ano de 1998 como «muito importante», mas adiantou que não pode ser encarado como um ano de excepção. «Que se alcançou no ano passado, de acordo com o Presidente da República, foi «acima de tudo» fruto das qualidades dos portugueses e da utilidade de se terem seguido políticas nacionais, em alguns casos com objectivos estratégicos que passaram de um a outro Governo.

No entanto, alertou, 1999 «não é o momento para repousar sobre as realizações de 1998. Já outras vezes no passado Portugal realizou grandes feitos, viveu períodos de prosperidade, mas não foi capaz de assegurar continuidade a esses momentos. O futuro não pode ser um acaso, ora favorável, ora desfavorável, mas fruto de um trabalho de reflexão e de escolhas partilhadas pela população», defendeu Jorge Sampaio.

PORTUGAL NO «TOP» DOS PAÍSES DA UE COM MAIOR AUMENTO

Portugal foi, com a Espanha e a Finlândia, o país da União Europeia onde mais aumentou o consumo de energia em 1997 - 8 por cento face a 1996 - frente a uma média comunitária em quebra de 1 por cento, de acordo com dados recentemente publicados pelo Eurostat.

O estudo do gabinete de estatística comunitário mostra que o crescimento do consumo de energia em 1997 foi inferior à do crescimento do Produto Interno Bruto da UE (de 2,6 por cento), o que é considerado como um bom resultado em termos de estabiliza-

ção das emissões de CO2 nos Quinze.

Em Portugal, o consumo bruto de energia passou de 17,6 milhões de TEP (Toneladas de Equivalente Petróleo) em 1996 para 19 milhões em 1997, um aumento de 8 por cento.

Nos grandes consumidores de energia, o consumo baixou 5 por cento no Reino Unido, 2 por cento na Alemanha e um por cento na França e aumentou 1 por cento na Itália.

O recuo mais acentuado verificou-se na Dinamarca (14 por cento).

1998: UM ANO DE OURO PARA PORTUGAL — 1999 CONSOLIDAR A MUDANÇA

Para a História de Portugal da presente década ficarão seguramente como marcos fundamentais a adesão do país no grupo da frente da moeda única, o sucesso da realização da Expo-98 e a conclusão da Ponte Vasco da Gama. Mas 1998 foi também o ano em que os portugueses assistiram a grandes progressos sociais e económicos. A inflação atingiu o mínimo histórico de 1,9 por cento, houve aumento generalizado do nível de vida dos cidadãos, e os pensionistas e pessoas mais carenciadas foram alvo de maiores apoios por parte do Governo socialista. Em 1999, o objectivo é consolidar os progressos já registados desde 1996, preservar o clima de estabilidade política e vencer externamente o desafio da qualidade.

Em 1998, o Governo socialista conseguiu concretizar todas as principais metas que tinha pela frente e que constituíram promessas do programa com que se apresentara aos portugueses nas eleições legislativas de 1995. No passado dia 2 de Maio, em Bruxelas, Portugal entrou na ter-



ceira fase da União Económica Monetária com mais dez países europeus, que, a partir de 1 de Janeiro deste ano, ficaram unidos pelo euro.

Ao contrário das previsões pessimistas que se fizeram em 1995, o país não só conseguiu entrar no pelotão da frente em conjunto com algumas das nações mais desenvolvidas do mundo, como também cumpriu os necessários critérios de convergência melhor do que muitos outros Estados-membros da União Europeia. Com a adesão ao euro, Portugal adquiriu o certificado que lhe

permitirá estar no centro do processo de construção europeia.

«Quero testemunhar o meu orgulho em ser português», afirmou António Guterres no final do Conselho Europeu de Bruxelas, no qual se formalizou o acesso do escudo à terceira fase da União Económica Monetária. E Portugal qualificou-se para o euro, lembrou o primeiro-ministro, «sem prejuízo de registar uma das taxas de crescimento e de investimento mais elevadas da Europa, com diminuição do desemprego e sem deixar de aumentar as despesas sociais».

Desemprego em queda

Conservando uma tendência económica já iniciada em 1996, no ano transacto registou-se uma redução substancial da inflação, das taxas de juro, do défice do Estado e da dívida pública. Com a redução das taxas de juro, mais portugueses reuniram condições para adquirir casa própria e para se lançarem em novos projectos de investimento. Paralelamente, a maioria substancial dos trabalhadores viu os respectivos salários crescer bem acima da inflação, contribuindo assim para o aumento do nível de vida das suas famílias pelo terceiro ano consecutivo. A complementar o brilhante quadro macroeconómico nacional, Portugal cresceu igualmente pelo terceiro ano consecutivo acima da média comunitária. E, invertendo

a tendência registada em muitos outros países, conseguiu diminuir de forma sustentada a taxa de desemprego.

Além de rigor na condução da política económica e financeira, o Executivo de António Guterres continuou a aprofundar as suas políticas de correcção de justiça social. No final do ano transacto, o rendimento mínimo garantido atingiu os 300 mil cidadãos e foram ainda aumentadas acima da inflação as pensões mais degradadas. Também no Ministério tutelado por Ferro Rodrigues, está em curso uma verdadeira reforma estrutu-



ral: a Lei de Bases de Segurança Social, já aprovada na generalidade no Parlamento. Outras medidas de cariz social tomadas por este Governo foram a antecipação da reforma para desempregados com mais de 55 anos (desde que possuam 20 anos de carreira contributiva) e o alargamento do prazo para subsídios de desemprego, passando para um ano para cidadãos com menos de 30 anos; 18 meses para pessoas entre os

30 e os 40 anos; e dois anos para o escalão etário entre os 40 e os 45 anos. O Governo socialista procedeu ainda a um aumento extraordinário das pensões de velhice inferiores ao salário mínimo nacional (desde que o pensionista tenha 15 anos de carreira contributiva).



ram a nossa capacidade de realização, assim como a beleza arquitectónica montada numa antiga zona degradada da parte oriental da capital. Encerrada a Expo-98, sucedeu-lhe o Parque das Nações, espaço que continua a registar afluências de público significativas todos os dias do ano, provando o quanto os portugueses apreciaram a exposição mundial de Lisboa.

Orgulho nacional

Igualmente em reforço do prestígio externo do país, a cidade do Porto foi escolhida para Capital Europeia da Cultura em 2001, igualmente em reforço do prestígio externo do país, a cidade do Porto foi escolhida para Capital Europeia da Cultura em 2001, igualmente em reforço do prestígio externo do país, a cidade do Porto foi escolhida para Capital Europeia da Cultura em 2001,

o ano de 1998 também se revelou decisivo para a equipa liderada por António Guterres provar ter capacidade de realiza-

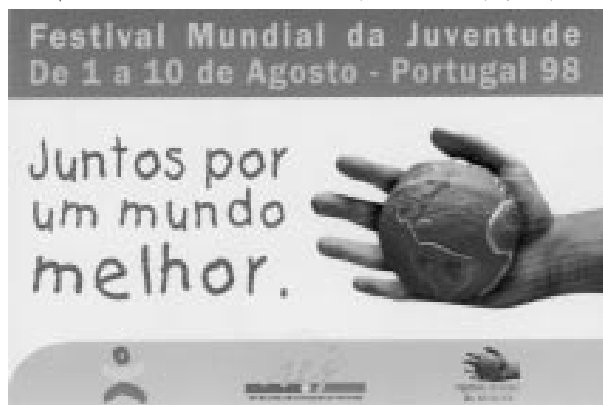
ram a nossa capacidade de realização, assim como a beleza arquitectónica montada numa antiga zona degradada da parte oriental da capital. Encerrada a Expo-98, sucedeu-lhe o Parque das Nações, espaço que continua a registar afluências de público significativas todos os dias do ano, provando o quanto os portugueses apreciaram a exposição mundial de Lisboa.

Continua na página seguinte

Continuação

em conjunto com Roterão; e a Costa de Caparica, entre 1 e 10 de Agosto, acolheu o Festival Mundial da Juventude, iniciativa que também englobou a I Conferência Mundial de Ministros da Juventude, na Feira Internacional de Lisboa (FIL). Também prova da capacidade deste Executivo para concretizar obras de vulto

Torres Vedras/Caldas da Rainha e Santarém. Esse projecto, que estranhamente associou comunistas, PSD e PP, numa santa aliança, acabou por merecer o veto político do Presidente da República. Já no último trimestre do corrente ano, o Conselho de Ministros aprovou o calendário e o pacote de investimentos do Metropolitano do Porto, projecto que esta-



atempadamente, foi a Ponte Vasco da Gama, no rio Tejo, inaugurada pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro a 29 de Março. «É uma obra de todo o povo português e não de qualquer Governo», sublinhou António Guterres momentos antes de abrir ao trânsito uma das pontes mais bonitas e longas do mundo. Ainda na área das obras públicas, um dos grandes falsos mitos do «cavaquismo», de referir que o Executivo do PS concretizou no ano passado um conjunto de alterações ao Plano Rodoviário Nacional. O novo plano custará 1,7 mil milhões de contos, sendo construídos nos próximos anos mais

rá concluído em 2003 e que custará ao Estado 200 milhões de contos.

Melhoria na segurança

Uma das principais preocupações do Governo, ao longo de 1998, residiu na garantia de condições de segurança e de acesso rápido à justiça por parte dos cidadãos. Nestes dois domínios, foram aprovadas medidas com grande impacto a curto e médio prazo.

No sector da Justiça, o Governo procedeu à revisão do Código Penal, que pune de forma mais dura os crimes cometidos con-



3500 novos quilómetros de estradas. Igualmente em 1998, o ministro João Cravinho anunciou investimentos de 11 milhões de contos na rede de estradas do Oeste, desmontando assim os argumentos dos partidos da oposição, que haviam aprovado um comprometedor projecto para a abolição do pagamento de portagens na A8, entre

tra pessoas indefesas (mulheres grávidas, crianças e idosos), ou cometidos com especial violência. No novo Código Penal, ficaram também expressamente definidos os crimes sexuais como crimes contra a liberdade.

Ainda no Ministério de Vera Jardim, foi aprovada a nova Lei Orgânica dos Tribunais,

considerada um poderoso contributo para possibilitar decisões mais rápidas e para aproximar os cidadãos dos tribunais. O Ministério da Justiça propôs igualmente novas medidas de combate à corrupção, através de novas leis para protecção de testemunhas, para facilitar as investigações policiais no acesso a contas bancárias e para controlar de forma mais eficaz o financiamento dos partidos.

Ao nível do Ministério da Administração Interna, no último trimestre do ano passado foi aprovada a nova Lei Orgânica da PSP devolvendo a esta corporação policial a sua matriz civilista. Mas o ministro Jorge Coelho tomou outras medidas de grande impacto nacional, como o programa «País mais seguro e tranquilo». Em 1998, o Governo anunciou investimentos de 50 milhões de contos para a modernização da GNR e da PSP. Por outro lado, encerrou-se definitivamente com a lógica das superesquadradas, substituídas por esqua-

pública, o Grupo Parlamentar do PS não conseguiu fazer aprovar a proposta de Lei Eleitoral do Governo, que permitiria aproximar eleitos dos eleitores já em 1999. A proposta do Executivo, que resultou de estudos encomendados às mais prestigiadas universidades nacionais, abria a possibilidade de criação de círculos uninominais, responsabilizando-se assim directamente o deputado pelos eleitores que o haviam escolhido. A par desta responsabilização directa do papel dos deputados, a nova Lei Eleitoral preservava a regra da proporcionalidade, através da criação de um círculo nacional.

Sem qualquer tipo de argumentos credíveis os três partidos da oposição uniram-se para travar esta modernização do sistema político português. Aliás, no final da terceira sessão legislativa, na Assembleia da República, por responsabilidade directa dos partidos da oposição, ficaram pendentes para aprovação mais de três dezenas de



dras de proximidade e apostou-se na formação de cinco mil novos efectivos. As esquadradas conheceram ainda uma aceleração no que respeita à sua modernização tecnológica, com a aquisição de material informático. Finalmente, além de um bem sucedido processo de reactualização dos cadernos eleitorais (levado a cabo dentro dos prazos previstos e com métodos rigorosos), o Executivo desenvolveu o Programa de Prevenção e Combate aos Fogos Florestais e avançou com o anteprojecto para a criação das polícias municipais. Este último diploma será aprovado até ao final da presente sessão legislativa.

No ano passado, o Governo também dedicou grande atenção ao flagelo da droga. O ministro Adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, entre outras acções, colocou em marcha uma estratégia para o reforço do combate à droga, tendo como objectivo «separar o trigo do joio» nas comunidades que se dedicam ao tratamento de toxicodependentes. Esses centros de tratamento passaram a ser fiscalizados pelo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, programa feito em conjunto com o Ministério da Saúde.

Portugal na Guiné

Com maioria relativa na Assembleia da Re-

diplomatas. De referir, a propósito, que, em três anos, o Governo apresentou mais propostas de lei do que o Executivo de Cavaco Silva durante uma legislatura inteira.

Apesar de recusada a Lei Eleitoral, o Governo impulsionou no ano passado a elaboração de um diploma para reforçar a democracia partidária, obrigando a que as listas de deputados dos diferentes partidos possuam pelo menos 25 por cento de mulheres. Esta proposta de lei deverá subir a plenário até ao final da presente legislatura. No domínio da política externa, Portugal desempenhou um papel decisivo para o fim da guerra civil na Guiné-Bissau, aproximando as duas partes em conflito. Em 1998, também progrediu a internacionalização da economia portuguesa, bem patente no sucesso das visitas à República Popular da China e a Moçambique. De Macau, o chefe do Governo saiu com garantias de que o processo de transição da administração para as autoridades chinesas decorrerá de forma pacífica e preservando os direitos e liberdades da população local. Já em Moçambique, em Novembro passado, António Guterres foi alvo de uma recepção calorosa. Portugal anunciou também investimentos na ordem dos 20 milhões de contos neste país africano de língua oficial portuguesa.

RETROSPECTIVA

Destques

REVISTA DO ANO

JANEIRO

Referência incontornável da imprensa portuguesa, o «Expresso» fundado por Francisco Pinto Balsemão em pleno outono marcelista, completa 25 anos.

Conselho de Ministros aprova alterações ao Código Penal.

António Guterres preside, no CCB, à cerimónia de inauguração da RTP África, transmitida em directo para os PALOP.

Jorge Sampaio realiza no Porto a «Semana da Educação», destinada a verificar «in loco» os problemas do sistema educativo.

FEVEREIRO

Um diploma progressista da JS visando a despenalização da IVG até às 10 semanas é aprovado na Assembleia da República.

O Governo socialista de Lionel Jospin vê aprovada na Assembleia nacional francesa a sua proposta de redução do horário de trabalho de 40 para 35 horas semanais.

Um semanário publica uma reportagem com o ex-inspector da PIDE, Rosa Casaco, passeando-se junto à Torre de Belém. O País indigna-se com a impunidade do torcionário que chefiou a brigada da polícia política de Salazar que assassinou o general Humberto Delgado.

Tem início em França o julgamento de Maurice Papon, acusado de cumplicidade em crimes contra a Humanidade.

Portugal cumpre todos os critérios de convergência e é um dos onze países europeus fundadores do euro.

MARÇO

Entra em vigor a lei Sócrates destinada a instituir maior transparência nos contratos do seguro automóvel.

Jorge Sampaio e António Guterres presidem à cerimónia de inauguração da Ponte Vasco da Gama.



Sob o lema «Mais emprego com direitos, maior participação em igualdade» é assinalado em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher. Em Portugal, o Presidente da República condecora mulheres de todos os quadrantes políticos e do voluntariado.

ABRIL

António Guterres faz na AR o balanço dos notáveis progressos registados em cinco áreas vitais para o futuro do País: segurança social, saúde, educação, administração pública e justiça.

Jorge Sampaio visita a Ucrânia.

António Guterres realiza uma visita de três dias à China e a Macau.

A FIL é palco no dia 25 de um megajantar de comemoração dos 25 anos do PS, partido de militantes e de projecto. Presentes, entre os mais de mil militantes, nesta grande festa da família socialista, os camaradas Mário Soares, Manuel Tito de Morais, António Guterres, Almeida Santos e Vítor Constâncio, entre outros. Jorge Sampaio enviou uma mensagem que foi lida pelo camarada Almeida Santos.



O 24º aniversário da Revolução dos Cravos é assinalado em todo o País.

MAIO

O flagelo do trabalho infantil a que continuam a recorrer alguns «empresários» fora-da-lei é o tema principal do Dia

do Trabalhador comemorado em todo o País pelas duas centrais sindicais, que continuam de costas voltadas.

As ligações perigosas entre médicos e laboratórios da indústria farmacêutica estão na origem de 86 processos disciplinares a clínicos instaurados pela Inspeção-Geral de Saúde.

A Gare do Oriente é inaugurada oficialmente.

Governo passa uma semana no Alentejo e anuncia vultosos investimentos para travar a desertificação desta região votada ao ostracismo durante os dez anos do consulado cavaquista.

No dia 21 Portugal é o centro do mundo com a inauguração da Expo-98, que se viria a revelar um enorme êxito e motivo de orgulho de todos os portugueses.



Num referendo os irlandeses confirmam seu apoio ao acordo de paz para a Irlanda do Norte.

O ditador Suharto abdica da presidência indonésia. Os seus crimes no entanto continuam impunes.

JUNHO

O Dia de Portugal é comemorado na Expo-98. Jorge Sampaio convida milhares de crianças a visitarem o recinto.

Tem início em França o Campeonato do Mundo de Futebol.

Ferro Rodrigues apresenta na AR os grandes princípios da proposta do Governo de Lei de Bases da Segurança Social.

António Guterres participa na cimeira europeia de Cardiff. Num encontro com Nelson Mandela à margem da cimeira, a libertação de Xanana Gusmão é o principal tema da agenda.

O Governo, que elegeu a droga como inimigo público número um, organiza em todas as escolas do País a segunda edição do Dia D contra a droga.

No primeiro referendo realizado no nosso país, marcado por uma elevada abstenção e por uma campanha demagógica dos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa, a proposta progressista de interrupção voluntária da gravidez recusada, por uma margem mínima.

Reunido em Bruxelas o Conselho de Ministros da Cultura da EU anuncia que o Porto vai ser Capital Europeia da Cultura em 2001.

JULHO

Com uma selecção constituída na sua larga maioria por franceses filhos de emigrantes, a França conquista o mundial de futebol. Paris é o centro da festa. O neofascista Le Pen está vermelho de raiva.

O Governo continua a sua política de defesa dos direitos do consumidor. Os consultórios, hospitais, clínicas, passam a ser obrigados por lei a colocar em lugar visível as suas listas de preços. Alguns barões da medicina insurgem-se contra a medida.

A União Europeia defende o referendo à população timorense sobre o futuro do seu território.

AGOSTO

A Costa de Caparica é durante dez dias o centro do mundo. Milhares de jovens e organizações juvenis participam no Festival Mundial da Juventude, que decorre sob o lema «Juntos por um Mundo Melhor».



Durante quatro dias, Portugal é o anfitrião da Conferência Mundial dos Ministros da Juventude.

POLÍTICA - BALANÇO 98

A globalização neoliberal dá o primeiro sinal de alarme. Um «crash» bolsista no dia 11 faz estragos em todo o mundo. Os tigres asiáticos, que afinal são de papel, são os mais atingidos.

Na Cidade da Praia, em Cabo Verde, é assinado um acordo de cessar-fogo para a Guiné-Bissau.

SETEMBRO

O camarada António Guterres, no já tradicional comício da «rentrée» política realizado em Faro, explica pormenorizado os benefícios da regionalização.



Jorge Valentim, ministro do Turismo do governo de unidade nacional angolano, lidera um grupo de personalidades da UNITA que decidem suspender Jonas Savimbi – alvo durante o ano de fortes críticas da comunidade internacional – da liderança do movimento, que acusam de ser «incapaz de honrar os compromissos».

Bill Gates, o homem que lidera o grupo dos cidadãos mais ricos do mundo, detentores de fortunas obscenas, visita Portugal.

Gerard Schroeder põe fim a 16 anos da era Kohl. O SPD vence as eleições na Alemanha. A Europa ganha mais um governo socialista.



O mais mediático medicamento, o Viagra, é posto à venda nas farmácias portuguesas. Um comprimido azul pode tornar a vida de milhões de pessoas mais cor-de-rosa.

Ferro Rodrigues assina uma portaria que determina o aumento extraordinário das pensões de velhice e invalidez do regime geral ao salário mínimo para os pensionistas com uma carreira contributiva longa.

A mais escandalosa e abominável greve jamais realizada no nosso país tem início no dia 21. Alguns médicos iniciam a chamada greve «self service».

A Expo-98 fecha em clima de apoteose com a maior enchente da sua história. Na hora do adeus já se sentem-se saudades de um evento que mostrou a capacidade de iniciativa dos portugueses.

OUTUBRO

Fernando Henrique Cardoso é reeleito Presidente do Brasil, vencendo folgadoamente o eterno candidato da esquerda Inácio Lula.



Finalmente o Nobel para a língua portuguesa. José Saramago é o escritor distinguido pela Academia Sueca com o Prémio Nobel da Literatura.

É a consagração de um escritor com uma vasta obra onde a qualidade e talento são as notas dominantes. Enquanto Portugal é projectado para as primeiras páginas dos jornais de todo o mundo, os sectores ultramontanos e os Laras da sociedade portuguesa digerem mal este prémio.



Os trabalhos sobre a fome e a pobreza mundial valeram o Prémio Nobel da Economia a Amartya Sen.

David Trimble e John Hume, os principais obores do processo de paz na Irlanda do Norte, são distinguidos com o Prémio Nobel da Paz. Não mais «bloody sundays».

António Guterres é alvo de uma recepção calorosa durante a sua visita oficial a Moçambique.



O ex-ditador chileno Augusto Pinochet é detido, numa clínica luxuosa em Londres, a pedido do juiz espanhol Baltazar Garzón, que acusa o ex-líder do sangrento golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973, de crimes de genocídio, terrorismo e torturas entre os anos de 1976 e 1983. No Chile e em todo o mundo os milhares de vítimas de Pinochet, acusado e bem de crimes contra a humanidade, clamam por justiça. Os ex e actuais ditadores desta aldeia global passam a não dormir descansados.

Mais uma vez sob o patrocínio de Clinton, Yasser Arafat e Netanyahu assinam um acordo de paz para o Médio Oriente.

É aprovada na AR a nova lei orgânica da PSP. No diploma do Governo é posto o acento tónico na matriz civilista.

Nino Vieira e Ansumane Mané assinam, finalmente, na Gâmbia, um acordo de cessar-fogo que põe fim ao conflito que se arrastou durante seis meses e que tanto sofrimento provocou ao povo da Guiné-Bissau.

O carismático líder cubano Fidel Castro é a «star» da Cimeira Ibero-Americana realizada no Porto.

NOVEMBRO

O furacão «Mitch» arrasa a Nicarágua e as Honduras.

O «Não» vence o referendo sobre a regionalização.

António Guterres conduz por momentos o comboio que fez a primeira travessia da Ponte 25 de Abril.

A Câmara dos Lordes considera não válida a imunidade diplomática de Pinochet. O ex-ditador, acusado de crimes contra a humanidade, vê assim gorada esta hipótese de escapar à justiça.

O OE de 1999 é aprovado na generalidade na AR com os votos do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do PP e como habitualmente do PCP.

Em Sintra, na reunião do Comité Económico, Desenvolvimento e Ambien-

te da IS, o camarada António Guterres defende a descida generalizada das taxas de juro na União Europeia.

O «Acção Socialista» publica um suplemento comemorativo dos seus 20 anos.

A XV Cimeira Luso-Espanhola, em Albufeira, sobre a gestão da água, termina com um acordo histórico entre os dois países.

DEZEMBRO

As gravuras de Foz Côa, que o poder laranja queria afogar, lembram-se?, são declaradas Património Mundial pela UNESCO.



Jorge Sampaio visita os principais empreendimentos em curso no Alentejo.

José Saramago recebe em Oslo o Prémio Nobel da Literatura.

O ex-ditador Suharto da Indonésia é chamado a depor em tribunal por suspeita de corrupção.

A ONU celebra os 50 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Na AR a efeméride é assinalada com uma sessão solene.

O cineasta Manoel de Oliveira é alvo de uma homenagem por ocasião do seu 90º aniversário.



De novo a guerra no Golfo. Uma força anglo-americana ataca o Iraque. A operação chama-se «Raposa no Deserto».

Os camaradas Mário Soares e Manuel Alegre visitam, no Largo do Rato, a exposição comemorativa dos 20 anos do «Acção Socialista».

O Dia de Natal é pela primeira vez declarado feriado nacional em Cuba.

J. C. CASTELO BRANCO

A NOSSA VIA – UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS PORTUGUESES



«**C**om a Razão e com o Coração»: esta foi a base da relação de confiança que os portugueses estabeleceram com o PS em Outubro de 1995.

Essa relação de confiança foi por nós escrupulosamente honrada e, por isso, consolidou-se e até se ampliou significativamente.

Durante estes três anos de acção governativa do PS e da Nova Maioria, respeitamos o principal compromisso que havíamos assumido perante os portugueses: o de colocar as pessoas em primeiro lugar!

Fizemo-lo porque entendíamos que essa era a principal preocupação dos portugueses: a de abrir um novo ciclo na política nacional onde a exigência de humanização da vida das pessoas encontrasse respostas adequadas nas prioridades definidas pelos poderes públicos.

Mas fizemo-lo, também, em nome e em perfeita consonância com a nossa própria

concepção sobre a acção política nas sociedades contemporâneas.

Com efeito, o projecto do PS para Portugal assenta em valores e em princípios que radicam na nossa tradição histórica e que inspiram as nossas propostas face a um Mundo em profunda e acelerada mutação. O PS, sem renunciar à renovação do seu discurso político e sem deixar de participar nos debates que se travam entre os socialistas europeus, não precisa de procurar pretensas «novas vias», nem de nenhum «acto refundador», para enfrentar os desafios do futuro.

Pelo contrário, é na nossa identidade colectiva, forjada ao longo dos anos, que procuramos as raízes orientadoras da nossa acção política e das propostas de modernização da sociedade portuguesa que apresentamos aos nossos concidadãos.

A nossa via: um projecto moderno assente nos valores que sempre defendemos

O PS teve, desde 25 de Abril, tanto no

poder como na oposição, indeclináveis responsabilidades na consolidação da democracia, na reinserção de Portugal na cena internacional, na garantia de funcionamento de uma economia de mercado assente num modelo de organização social norteado pelos valores da solidariedade, da igualdade de oportunidades e de uma efectiva justiça social.

Para os socialistas democráticos, uma **sociedade humanista** que confere o primado à afirmação dos direitos humanos assenta na **democracia política** entendida como um ideal de afirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, do diálogo e da tolerância.

Esses valores são realizados através da participação dos cidadãos na vida pública, nomeadamente através do sufrágio, em eleições ou em referendos, e pela intervenção em partidos e em associações políticas.

O papel insubstituível dos partidos políticos na formação da vontade colectiva passa pelo combate à abstenção e à indife-

rença, pela dignificação da actividade política, pela reforma dos partidos políticos e pela consagração de mecanismos credíveis de efectivação da responsabilidade política.

A realização plena da democracia exige que os seus valores essenciais se projectem no plano económico, social e cultural. Só em sociedades abertas e competitivas é possível garantir a mediação política dos interesses sociais contraditórios ou conflituantes no respeito pela vontade da maioria e na garantia da coesão e da paz social.

O mesmo é dizer que só através do aperfeiçoamento do Estado de Bem-Estar é que será possível **garantir a universalidade de direitos dos cidadãos com a adopção de políticas de discriminação positiva** a favor dos sectores mais desfavorecidos ou mesmo em risco de exclusão social, no caminho para uma verdadeira Sociedade de Bem-Estar.

As modernas sociedades abertas e plurais assentam em economias de mercado que promovem o desenvolvimento das forças

económicas, a criação de riqueza e de postos de trabalho, mas exigem a definição de um contrato social que simultaneamente garanta uma rede de protecção social universal baseada nos valores da dignidade humana e da protecção perante os riscos sociais. A **igualdade de oportunidades e a solidariedade social** são elementos estruturantes de sociedades democráticas estáveis, pressuposto do livre desenvolvimento das suas capacidades produtivas, sem o qual carece de base a própria função redistributiva que compete ao Estado.

Para os socialistas democráticos, a robustez da democracia depende da capacidade de afirmação de uma **cidadania activa e responsável**, o mesmo é dizer, da afirmação de uma sociedade civil autónoma, agregada em torno de valores como a qualificação educativa e profissional e a identidade cultural e linguística nacional, que constituem dos mais relevantes factores de coesão social.

O PS sempre teve uma concepção universalista, assente no diálogo entre culturas e identidades nacionais distintas, marcado pela preocupação da garantia da paz e da promoção da resolução pacífica dos conflitos. Por contraponto ao isolacionismo da ditadura, afirmámos sempre a necessidade de uma **participação activa na cena internacional**, com especial destaque para a integração europeia de Portugal, que garantimos em 1985 com a adesão às então Comunidades Europeias e que sempre prosseguimos com empenhamento fosse no governo fosse na oposição.

O ideário do PS foi construído, nestes vinte e cinco anos, com vitórias e com derrotas, no absoluto respeito pela vontade popular e na fidelidade a esses valores e princípios que soubemos sempre actualizar, com capacidade de inovação pioneira no movimento socialista internacional. Não apagamos nem silenciámos nenhum momento da nossa história colectiva, afirmada pela vontade anónima de centenas de milhares de militantes e simpatizantes. Ao contrário de outros, não precisamos de combater fantasmas do passado para criar a aparência de que temos futuro.

Na verdade, com a humildade democrática que caracteriza o ideário socialista, assumimos, com responsabilidade, os nossos próprios erros, demonstrando que, com eles, também aprendemos. Mas orgulhamo-nos, a justo título, de ter contribuído, em momentos decisivos, para a construção do Portugal moderno e democrático que só a revolução do 25 de Abril e a instauração da democracia tornou possível.

Actualidade do socialismo democrático

A razão determinante desta continuidade histórica assenta no facto basililar de que sempre nos recusámos a transformar o socialismo democrático num conjunto de dogmas que não se discutem, garantindo assim a sua permanente actualidade e vitalidade pelo continuado debate renovador.

Aprendemos, com Mário Soares e os fun-

dadores do Partido, que o valor maior da liberdade só tem plena realização se permanentemente equacionarmos e actualizarmos as nossas posições políticas à luz dos desafios que nos coloca a mudança das condições políticas e sociais em que somos chamados a actuar ao serviço dos portugueses.

Por isso, assumimos, no passado, com coragem e determinação, políticas que se tornavam absolutamente necessárias para garantir equilíbrios económicos e sociais fundamentais para o nosso País.

Estivemos sempre na primeira linha do combate pela consolidação de um regime democrático assente nos direitos e liberdades fundamentais reconhecidos na nossa Constituição, e contribuimos, de forma decisiva, para a criação das condições do pluralismo político e da competitividade económica determinados pela nossa plena integração europeia.

Por isso, sempre nos contrapusemos frontalmente àqueles que defendiam uma concepção dogmática e fechada do papel da esquerda na sociedade. Mas fizemo-lo sem negar as nossas raízes na fidelidade aos valores de esquerda que constituem a síntese mais conseguida entre as liberdades democráticas e a solidariedade e a justiça social.

A queda do Muro de Berlim e o colapso do comunismo veio mostrar que havia uma esquerda que tinha razão ao persistir sem esmorecimento na defesa da liberdade política e económica e da solidariedade e da justiça social. E que essa esquerda somos nós, socialistas e social-democratas europeus.

É com fundamento nestas mesmas convicções que, também hoje, nos recusamos a aceitar os dogmas de um neoliberalismo imperante e do seu individualismo cego, que em nome de uma liberalização predadora sacrificia, tantas vezes, valores essenciais da cidadania e da coesão económico-social.

A indiferença e sobrançeria do neoliberalismo dogmático perante a pobreza, o desemprego, a exclusão e a marginalidade social constitui a principal ameaça à coesão e à paz social nas sociedades contemporâneas.

Com efeito, se deixarmos às regras cegas do mero funcionamento do mercado a função de regulação social, estaremos a permitir que se reinstaure um determinismo economicista que justifica a exploração, a lei do mais forte, o agravamento das desigualdades sociais e consequentemente a rotura do modelo social europeu de matriz socialista democrática e social-democrata.

Por isso, a globalização económica e financeira, aliada à revolução tecnológica e comunicacional, representa hoje um enorme desafio civilizacional e cultural a que importa encontrar uma resposta consequente. E essa resposta só pode ser formulada com base em **valores e princípios políticos e sociais** que sejam assumidos pelo conjunto da colectividade.

A nossa convicção é a de que esses valores e princípios constituem o eixo fundamental da **proposta socialista democrática e social-democrata**. A qual, no respeito pela nossa tradição histórica e pela nossa memória colectiva, não constitui uma via

pretensamente equidistante entre a esquerda e a direita, antes assenta num compromisso claro de defesa dos valores da solidariedade social que historicamente sempre foram património da esquerda progressista.

Para nós, a globalização comunicacional comporta oportunidades e riscos. As colectividades que melhor souberem aproveitar essas oportunidades e esconjurar esses riscos sairão vencedoras. Pelo que importa assumir com clareza e necessidade de **encontrar instâncias e instrumentos de regulação da globalização à escala planetária**. Essa necessidade pressupõe o reforço da cooperação internacional e, muito especialmente, confere um papel decisivo e determinante aos grandes espaços regionais de cooperação e de integração, como é o caso da União Europeia.

Cabe aos socialistas democráticos e aos social-democratas europeus a responsabilidade de liderarem esse movimento de regulação da globalização, no plano político, económico-financeiro e social.

Pela nossa parte temos formulado contributos relevantes para este debate, com especial destaque para a participação no Congresso da Internacional Socialista, realizado em Nova Iorque em 1997, bem como para o Relatório da respectiva Comissão Económica apresentado em Genebra, em Novembro de 1998.

Para nós, socialistas portugueses, o grande desafio que, por diversas vezes, assumimos foi, precisamente, o de renovarmos o pensamento socialista democrático face à evolução do Mundo sem abdicar das suas raízes ideológicas essenciais. Fizemo-lo, no plano mais global da luta política e social, através da prática política que, desde os anos difíceis da implantação da democracia, assumimos com responsabilidade, quer no governo quer na oposição.

Prosseguimo-lo, no plano partidário, através da revisão do nosso Programa político e da abertura do Partido à sociedade civil, especialmente através da realização dos Estados Gerais para uma Nova Maioria. Neste percurso foi sempre **insubstituível e inestimável o contributo e o empenhamento dos militantes do PS**, da sua mobilização generosa e anónima, do seu debate interno plural. Sem essa capacidade militante o Partido não teria podido sedimentar-se e consolidar-se como o fez ao longo destes vinte e cinco anos de regime democrático.

Cabe igualmente destacar o papel que neste processo sempre desempenhou a **Juventude Socialista**, que ultrapassou o estrito limiar de uma organização de juventude estruturada em torno dos problemas específicos dos jovens para trazer para o debate político de toda a sociedade temas e contributos renovadores que muito ajudaram o PS a enfrentar com sucesso os desafios da modernização da vida política na fidelidade aos seus valores fundamentais.

Sem esse referencial de militância, dos jovens, das mulheres, dos trabalhadores, dos autarcas, dos responsáveis das diferentes estruturas do Partido, o PS não teria conseguido continuar a renovar-se, abrir-se à sociedade civil, desempenhar um papel agregador de muito vastos sectores inde-

pendentes que participaram activamente na definição do Programa da Nova Maioria e na prática política do Governo do PS e da Nova Maioria ao longo destes mais de três anos.

A evolução histórica do PS representa, em termos práticos, que fomos progressivamente elaborando **a síntese entre um partido de militantes e um partido de eleitores**, que é o modelo que corresponde às actuais formações partidárias que têm vocação para assumirem responsabilidades de poder.

Esta síntese foi obtida aos seus diversos níveis de inserção na sociedade, desde o plano autárquico ao plano nacional, sem descurar a intervenção organizada no domínio sindical e laboral, no respeito estrito pela autonomia das estruturas organizativas dos trabalhadores.

A crise de intervenção e participação política que hoje caracteriza a generalidade das sociedades contemporâneas exige uma resposta da parte dos partidos políticos, que passa, sem dúvida, pela sua própria reforma e reorganização em termos que correspondam ao incentivo à participação e à militância - especialmente entre a juventude - e a uma melhor articulação com as organizações da própria sociedade civil.

A renovação do PS, contudo, não é um processo que se possa ter por concluído. O caminho iniciado há alguns anos assentou sempre no debate vivo alimentado por um saudável pluralismo interno de opinião e no respeito por todos livremente assumido pelas orientações democraticamente fixadas pelos órgãos máximos do Partido, a começar pelo Congresso.

Esse caminho tem que ser prosseguido e aprofundado, a todos os níveis da estrutura organizativa do PS, na fidelidade ao nosso ideário comum e na abertura ao confronto de ideias na sociedade civil.

Essa é a grande fonte de vitalidade da nossa via enquanto socialistas portugueses. Com esta consciência, importa reconhecer que **a estrutura organizativa actual do PS** apresenta ainda insuficiências quanto à capacidade de responder aos desafios do relançamento da militância e à adopção de formas mais eficazes de relacionamento com uma sociedade civil cada vez mais complexa e diversificada.

Razão pela qual entendemos que, após as eleições legislativas de Outubro de 1999, a direcção do PS deverá promover a **criação de um Fórum** que promova um debate e um documento orientador sobre a reforma da estrutura organizativa do Partido face aos novos desafios com que seremos confrontados nos próximos anos em nome do nobre ideal da participação política democrática.

Criar as condições para ganhar os desafios do Século XXI

A política do XIII Governo Constitucional corresponde integralmente a este sentido evolutivo das posições do PS na sociedade portuguesa e foi definida com base no Contrato de Legislação dos Estados Gerais e no Programa Eleitoral do PS e da Nova Maioria, que estiveram na base da vitória eleitoral de Outubro de 1995.

Tornámos claro, desde o primeiro momento, que o governo do PS e da Nova Maioria introduziria em Portugal uma maneira diferente de fazer e de estar na política.

Esse nosso compromisso, de **dessacralizar o poder**, não resultava apenas de uma contraposição táctica face ao autismo e à arrogância que caracterizaram os dez anos de governação do PSD. Resultava antes, acima de tudo, de acreditarmos profundamente nas virtudes do diálogo e da concertação, da procura de soluções partilhadas e participadas que resolvessem os problemas concretos dos cidadãos no respeito pelo interesse geral.

Ao longo destes três anos demonstrámos que era possível criar um novo clima político em Portugal, onde as divergências podem ser fonte criadora de soluções, sem excluir ninguém do debate político democrático. O que fizemos observando a relação de forças parlamentar emergente das eleições de 1995, com base na maioria relativa de mandatos de que dispomos na Assembleia da República e em função das específicas condições de governação ditadas por tal facto.

Assumimos, por isso, as nossas próprias posições em estrita fidelidade ao mandato popular, pelas quais seremos responsabilizados pelos eleitores em Outubro de 1999, ora procurando gerar os consensos necessários que as viabilizassem no plano político e social, ora assumindo o confronto em nome dos valores que justificaram a confiança popular que em nós foi depositada.

Temos consciência que fomos chamados às responsabilidades governativas no quadro de uma sociedade cada vez mais complexa, mais exigente e mais reivindicativa. A opção que assumimos de **privilegiar o diálogo e a concertação de interesses socialmente relevantes** corresponde à convicção de que, desse modo, se superam melhor os conflitos sociais e se potencia a aceitação pela comunidade das decisões políticas.

Mas, em todas as circunstâncias, assumimos claramente as responsabilidades inerentes à condução da vida política nacional, compatibilizando a autoridade do Estado com a procura de apoios alargados na própria sociedade. **Nunca confundimos autoridade com autoritarismo**, mas sempre que foi necessário impor as melhores soluções para o interesse geral do País não hesitámos em enfrentar resistências e enquistamentos, por fidelidade ao mandato popular que nos foi confiado.

O balanço destes três anos de governação evidencia o cumprimento integral das prioridades do projecto com que nos apresentámos ao eleitorado.

Reconhecemos que alguns aspectos há em que os objectivos que nos propusemos ainda não se encontram integralmente alcançados, embora o essencial das medidas políticas em causa se encontre em condições de aplicação no período que nos separa das próximas eleições.

Nenhuma das reformas fundamentais para a modernização do Estado e da sociedade deixou de ser abordada pelo Governo

do PS e da Nova Maioria, sobre nenhuma delas deixámos de enunciar as respectivas prioridades assentes no estudo criterioso, na promoção do debate alargado e numa estratégia de implementação. Pelo vasto alcance de muitas delas, como sempre dissemos, o período de uma legislatura não seria suficiente para as concluirmos e avaliarmos os seus específicos benefícios.

Mas, ao contrário do que os nossos adversários políticos pretendem fazer crer, o governo do PS e da Nova Maioria encetou de facto as reformas necessárias, segundo uma estratégia de prioridades que assumimos em função dos desafios de modernização do País.

Esta estratégia, que combinou medidas legislativas com medidas de acção política e de modernização administrativa, encontra-se em curso de aplicação e o ritmo do seu desenvolvimento variou sectorialmente em função da própria dinâmica política e da evolução da necessária concertação de interesses que potenciasses a eficácia da sua aplicação prática. Os efeitos concretos das reformas empreendidas variam no tempo e exigirão naturalmente a sua continuidade no decurso da próxima legislatura.

Com efeito, conforme assumimos perante os portugueses em Outubro de 1995, a aposta central do PS e da Nova Maioria assentou na **condução de uma política de ajustamento económico-financeiro com consciência social**, privilegiando o emprego e o apoio aos sectores sociais mais desfavorecidos ou em risco de exclusão irreversível, assumindo as necessárias políticas de liberalização económica no quadro da promoção da qualidade dos recursos humanos nacionais.

Provámos inequivocamente capacidade de gestão económica com rigor, cumprindo as metas da convergência europeia sem prejuízo do crescimento contínuo e criterioso da despesa pública nas áreas sociais, **norteado por princípios de equidade e no respeito pela legalidade**, combatendo com eficácia a fraude.

Fizemo-lo porque nos recusamos a aceitar a ideia de que a esquerda tem apenas uma vocação de contra-poder, de que a esquerda estaria prisioneira da fatalidade de ser oposição para condicionar um pretensão «poder natural» que seria assumido pelas forças da direita.

Pelo contrário, anima-nos, hoje tal como no passado, a firme convicção de que é a esquerda socialista democrática e social-democrata que é portadora de um projecto de modernização da sociedade e do Estado em nome de valores de liberdade, igualdade de oportunidade e solidariedade que terão que constituir a matriz civilizacional do Século XXI.

Por isso, ao fim destes três anos podemos dizer que o Governo do PS e da Nova Maioria concretizou o compromisso solene de criar as condições para preparar Portugal para os desafios do Século XXI.

O PS tem um projecto para o Portugal do Século XXI

Uma sociedade coesa e solidária apos-

tada na qualificação das pessoas, uma sociedade segura, uma sociedade democrática, tolerante e mais justa, uma sociedade moderna que vença o nosso atraso estrutural.

Uma sociedade coesa e solidária

O PS continuará a atribuir a maior prioridade à afirmação dos valores da cidadania sobre que assente a nossa coesão e identidade nacionais. O seu reforço passa em primeira linha pelas políticas de emprego e de educação, políticas que colocam as pessoas como o centro das preocupações da acção dos poderes públicos.

Neste contexto, para o PS, a **promoção de emprego** (em especial no caso dos desempregados de longa duração e dos jovens, particularmente nos recém-licenciados) constitui objectivo permanente que prosseguiremos sem esmorecimento, através de políticas activas de emprego que combinem o apoio à criação de empregos nos sectores tradicionais com capacidade competitiva com o incentivo aos «empregos do futuro», associados à sociedade da informação, às tecnologias informacionais, aos serviços de proximidade, às indústrias culturais e de ocupação dos tempos livres. A política de emprego encontra-se estreitamente associada à promoção de uma estratégia de **formação profissional** que promova a melhoria das qualificações dos trabalhadores portugueses.

O PS assume o objectivo de integrar em acções de formação profissional nos próximos três anos, até ao ano 2002, 10% da população activa, ano em que pretendemos ter pelo menos 20% dos desempregados em efectiva formação profissional. Reconhecendo a especial importância estratégica dos jovens à procura do primeiro emprego, o PS define como objectivo, até ao ano 2000, que não possam mais de seis meses sem que a esses jovens seja oferecida uma alternativa de emprego, de formação, de ocupação ou de estágio, visando até ao ano de 2006 que todos os jovens até aos 18 anos estejam ou a estudar, ou em formação ou empregados e simultaneamente em formação.

Face aos adultos desempregados à procura de um novo emprego, o PS assume o compromisso de, até ao ano 2000, garantir que não possa mais de um ano sem que lhes seja oferecida uma alternativa de emprego, formação, ocupação ou estágio.

O PS pretende prosseguir na aposta que fez na qualificação dos recursos humanos nacionais face a um mundo cada vez mais competitivo e exigente quanto às capacidades e aptidões dos cidadãos. Por isso, para o PS, a **educação continua a ser uma paixão** que se traduz numa aposta geracional. Na próxima legislatura continuaremos fiéis a este esforço de investimento público no sector do ensino, conferindo prioridade à qualidade do ensino ministrado, à combinação entre o sistema de ensino e a formação profissionalizante, à definição de modalidades de frequência do ensino ao longo da vida.

O esforço colectivo no sector da educação exige continuidade na próxima legislatura, onde avulta a preocupação de **humanizar a escola** e garantir a todos os

alunos a possibilidade efectiva de contacto e utilização das **novas tecnologias de informação**.

Nas sociedades contemporâneas a organização da vida familiar e o papel das famílias desempenha um elemento fundamental de garantia da coesão social no seu todo e especialmente do desenvolvimento harmonioso das crianças e dos jovens. Acresce que a evolução demográfica e das condições de vida moderna têm conduzido simultaneamente ao aumento significativo do número de famílias monoparentais e de pessoas que vivem sozinhas, bem como ao aumento do número de idosos dependentes. Para o PS, uma **sociedade mais justa e solidária** é aquela que se mostra capaz de responder de forma adequada a estes diferentes estatutos sociais e condições de vida, através de políticas de discriminação positiva (no plano fiscal, da organização do trabalho, da participação na vida colectiva) e de serviços de proximidade que correspondam às suas necessidades mais prementes.

Para o PS, importa que a sociedade no seu conjunto reconheça muito em especial o **papel das mulheres**, através de medidas de discriminação positiva no plano profissional, de acesso ao mercado de trabalho e de formação profissional, bem como no plano da participação na vida política.

A dignificação do papel da mulher, muito especialmente na efectiva afirmação da igualdade de direitos com os homens em todos os domínios da vida colectiva, bem como a cultura da partilha de tarefas no plano familiar serão esteios fundamentais da política do PS no decurso da próxima legislatura.

No domínio do sistema político, o PS cumpriu o compromisso de, em sede de revisão constitucional e de alteração da lei eleitoral, adoptar mecanismos legais que confirmam um peso acrescido à presença de mulheres nos órgãos electivos do poder político, designadamente na Assembleia da República, que deverá ser concretamente implementada já nas próximas eleições legislativas.

Uma sociedade segura

As sociedades contemporâneas caracterizam-se pela incerteza e pela insegurança decorrentes de factores sociais e das profundas mutações tecnológicas. O PS continuará a responder a este sentimento de insegurança cívica através da combinação de medidas de reforço dos direitos de cidadania e de uma atitude **dura face ao crime e face às causas do crime**, sem desvios prepotentes ou autoritários.

Procuraremos cada vez mais que os problemas de segurança envolvam os vários departamentos do Estado e das autarquias locais numa perspectiva de cooperação e coordenação, ao mesmo tempo que as forças de segurança actuem com crescente proximidade face às necessidades das populações.

O PS prosseguirá a política de **aumento dos efectivos das forças de segurança**, de reforço do patrulhamento e policiamento das zonas de maior risco e de melhoria das condições de preparação e formação dos agentes policiais e das condições da

sua actuação.

Uma **polícia de proximidade** é também uma polícia que os cidadãos sentem como sua, cuja autoridade aceitam em nome da igualdade de tratamento e da segurança de todos. Para este objectivo contribuirá a instituição das polícias municipais que o PS apoiará em estreita articulação com a actuação dos conselhos locais de segurança.

Mas uma sociedade mais segura não é apenas aquela que garante a tranquilidade e a ordem pública. É sobretudo aquela **que actua contra as causas do crime no plano económico e social.**

A melhoria das condições de vida dos portugueses, as políticas de combate à pobreza e à exclusão, a política de prevenção, recuperação e reinserção de toxicodependentes, as políticas sociais, especialmente no domínio da protecção universal do desemprego e na doença, são componentes fundamentais de uma concepção integrada da segurança das pessoas e das colectividades.

O PS continuará a dedicar especial atenção à situação dos **jovens em risco**, especialmente combatendo o trabalho infantil, e dos toxicodependentes.

Sabemos que nas sociedades modernas a **toxicoddependência** constitui um dos problemas de resolução mais complexa, que exige um amplo debate e um largo consenso nacional, bem como a mobilização activa das famílias, da escola e de um vasto conjunto de instituições da sociedade civil. A resposta ao flagelo da droga continuará a ocupar um lugar de destaque nas prioridades políticas do PS e da Nova Maioria, quer na vertente de combate ao tráfico mediante a melhoria da coordenação das actividades das polícias e a potenciação das condições de cooperação internacional, designadamente no espaço da União Europeia, quer através de programas diversificados de prevenção, recuperação e reinserção de toxicodependentes.

A segurança das populações passa também de forma muito relevante pela garantia de **protecção nas situações de doença e enfermidade.** As principais preocupações do PS e da Nova Maioria assentam na humanização dos cuidados de saúde, no acompanhamento médico permanente das pessoas e das famílias, na efectiva melhoria da qualidade de serviços nos centros de saúde e nos hospitais, especialmente nos serviços de urgência e na erradicação das listas de espera.

Estes objectivos exigem uma reforma profunda do Serviço Nacional de Saúde, a começar pelas condições de prestação laboral dos médicos e dos enfermeiros que foi já levada a cabo, passando pela reformulação do próprio modelo de gestão e de partilha de responsabilidades entre os vários níveis do sistema (diferenciação entre financiamento do sistema e entidades prestadoras dos cuidados, novos métodos de gestão das unidades públicas, articulação da rede pública com a iniciativa mutualista e privada na cobertura das necessidades de saúde do conjunto do território nacional).

O Governo do PS e da Nova Maioria já divulgou as linhas fundamentais desta reforma, a que continuará a atribuir a maior prioridade até ao final da corrente legislatura

e no decurso da próxima.

O sucesso de uma reforma desta envergadura dependerá da mobilização de todos os agentes que actuam no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e do comportamento das próprias populações, da sua educação sanitária e da sua conduta no acesso criterioso aos cuidados médicos em função das suas reais necessidades. A salvaguarda de valores essenciais como a tendencial gratuitidade do SNS e a sua natureza universal, quer quanto aos utentes quer quanto às prestações dispensadas, passará por melhorias de gestão do sistema bem como pelo sentido de responsabilidade dos seus utentes.

Atenção especial merece a situação dos **idosos**, especialmente dos que se encontram em situação de dependentes, cuja protecção passará por redes de apoio ambulatorio e domiciliário, conjugando o apoio médico com a prestação de serviços de proximidade necessários à salvaguarda de condições dignas de vida.

Uma sociedade democrática, tolerante e mais justa

Para o PS, a sociedade do Século XXI terá que ser caracterizada pela renovação dos valores da cidadania e da participação política na definição dos destinos colectivos.

O desenvolvimento tecnológico e comunicacional tem que ser encarado como um instrumento ao serviço do primado da Razão e dos valores da democracia e da tolerância. O combate pela racionalidade é, antes do mais, um combate cultural, de afirmação da cultura cívica e do pluralismo de opinião contra as manifestações do nacionalismo agressivo, do fundamentalismo religioso, da xenofobia e do racismo.

A coesão da sociedade na diversidade das suas manifestações só pode ser assegurada pela revalorização da acção política, pelo incentivo à participação dos cidadãos e pelo combate à indiferença e ao abstencionismo.

As **reformas do sistema político** são tanto reformas institucionais como reformas na maneira de fazer e de estar na política.

O PS persistirá na defesa das propostas que tem apresentado no sentido de melhorar a qualidade da representação política através da aproximação dos eleitos aos eleitores e da introdução de círculos uninominais num quadro de representação proporcional, como determina a nossa Constituição.

De igual modo, a reforma dos partidos, do seu sistema de financiamento, das garantias de democracia interna no seu funcionamento, bem como das próprias regras de funcionamento do Parlamento, representam outros tantos elementos necessários a uma intervenção mais alargada dos cidadãos na vida das instituições cuja vocação primeira é exprimir e mediação política da vontade popular.

Mas a democracia não se resume às instituições políticas aos seus diversos níveis. Cada vez mais é a **democracia na própria sociedade** que está em causa. A democracia nas instituições da sociedade

civil, nas empresas, nos sindicatos e o contributo que todas estas instituições podem dar para o fortalecimento de um sistema político aberto e plural.

A democracia política carece de uma cidadania activa e participativa a todos os níveis e em todas as instâncias da vida colectiva.

Daí o papel central que a sociedade civil portuguesa terá que cada vez mais assumir no Século XXI. Uma sociedade civil que se liberte das peias do corporativismo e das desigualdades de informação, conhecimento e participação.

Uma sociedade civil que assumo como seu o papel de combate às desigualdades fácticas, ao arbitrio e à discricionariedade. Para o PS este objectivo exige do Estado uma actuação permanente de combate à ilegalidade e à fraude a todos os níveis, em nome do valor maior que representa a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Mas exige igualmente a afirmação de uma **cultura de responsabilidade da parte dos cidadãos** na sua conduta cívica e pessoal, bem como a consciência do esforço que a todos é pedido para a realização do bem comum.

A repartição equitativa do esforço, das responsabilidades e dos benefícios constitui, para o PS, um critério orientador de todas as políticas públicas sem excepção.

Esta preocupação de equidade e justiça é particularmente relevante no domínio da reforma do sistema fiscal que continuará a desenvolver-se no decurso da próxima legislatura, de acordo com as conclusões do debate público já realizado e tendo em linha de conta as necessidades de harmonização fiscal que decorrerão da entrada em vigor da moeda única europeia. Neste momento é possível dizer com segurança que estão reunidas as condições para proceder, nos próximos anos, à reforma da tributação do rendimento segundo critérios de acrescida equidade e justiça social, bem como à progressiva alteração dos mecanismos de tributação da propriedade, não para aumentar a receita mas sim para garantir a equidade.

Esta preocupação central do PS será levada a cabo através da concertação de interesses na sociedade e do persistente combate à fuga e à fraude fiscal.

O sucesso desta política dependerá também, em larga medida, da percepção dos cidadãos quanto aos benefícios individuais e colectivos que resultam de uma correcta e adequada aplicação das próprias receitas públicas.

Por isso, para o PS, o Portugal do Século XXI terá que ser o Portugal do primado da qualidade de vida dos cidadãos!

Neste sentido, a primeira preocupação do PS visará a **melhoria da qualidade de vida urbana**, designadamente nas grandes cidades, através da conjugação do grande esforço em curso de investimento em infra-estruturas (de transportes e de melhoria das acessibilidades para as populações suburbanas) com a adopção de políticas de reordenamento do espaço urbano que correspondam aos padrões mais exigentes de qualidade da vida moderna, quer no que respeita a novas construções quer na recuperação dos centros históricos.

Na promoção da qualidade de vida dos

cidadãos, seja nos centros urbanos seja nas zonas rurais, desempenha um papel central a **qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico.**

Para o PS, o desenvolvimento tem que ser garantido numa perspectiva de garantia e promoção do equilíbrio ambiental. Com efeito, um desenvolvimento sustentável impõe que se prossiga o investimento nas redes de comunicação, seja rodoviária seja ferroviária, melhorando desta forma a mobilidade dos cidadãos no todo nacional, mas esse investimento terá que subordinar-se à necessidade de respeitar o meio ambiente e a qualidade de vida dos seus destinatários.

Para o PS, a reciclagem e reutilização, de par com a definição de soluções seguras para os resíduos, devem constituir a grande mensagem mobilizadora dos cidadãos e das comunidades para o desenvolvimento de uma cultura ambiental que se reflita nos nossos próprios comportamentos quotidianos.

O PS atribuirá à melhoria da qualidade ambiental, desde a água ao tratamento dos resíduos, passando pelo controlo do impacto ambiental das infra-estruturas e pela severa punição dos agentes poluidores, a natureza de uma cruzada nacional em defesa do equilíbrio ecológico como base de uma cidadania moderna.

Do mesmo modo, as condições de vida dependem em larga medida da qualidade dos serviços de interesse geral que são dispensados aos cidadãos. Para o PS, a garantia de igualdade de acesso a esses serviços de interesse público e o efectivo controlo da sua qualidade e preço, devem constituir uma preocupação dos poderes públicos tanto quanto da própria sociedade civil, cuja mobilização para tal fim será incentivada e apoiada pelo Estado.

Uma sociedade moderna que vença o nosso atraso estrutural

Nestes últimos vinte e cinco anos Portugal reconquistou a democracia, integrou-se plenamente no espaço europeu, reconstruiu fortes laços de comunhão com os países do espaço lusófono, assistiu ao fim da divisão do Mundo em blocos político-militares, modernizou a sua sociedade e a sua economia posicionando-se, assim, para enfrentar novas condições geopolíticas e geo-económicas, com maiores e melhores possibilidades de afirmação da sua identidade política, económica e cultural.

A construção do rumo universalista da nossa democracia foi tornada possível pela **revolução libertadora do 25 de Abril de 1974**, que assim permitiu às gerações actuais almejar um futuro de dignidade social e de defesa dos interesses nacionais no confronto saudável com outras civilizações e outras culturas num mundo globalizado. Estes últimos vinte e cinco anos permitem-nos afirmar que, graças à democracia, o Século XX não foi perdido por Portugal e pelos Portugueses! Redefinimos um rumo nacional e reencontrámo-nos com o sentido profundo da nossa identidade como Povo e como Nação.

Mas temos pela frente ainda enormes desafios, o maior dos quais representa, sem

dúvida, o **vencermos o nosso atraso estrutural** acumulado pelas décadas de marginalização, isolacionismo e proteccionismo.

Esse é o grande desafio que o PS se propõe assumir e propõe seja assumido colectivamente por todos os portugueses. É, antes do mais, **um desafio geracional**: às gerações contemporâneas que recolocaram Portugal no rumo do desenvolvimento e da paz cabe agora abrir os rumos que nos permitam ganhar o Século XXI e fazer do nosso País um Estado moderno e uma sociedade desenvolvida e coesa.

O PS submete aos Portugueses o projecto de um Portugal para o Século XXI, o Século de afirmação do novo Portugal!

Um Portugal europeu, a que a globalização devolveu a sua centralidade no Mundo enquanto **primeira frente atlântica da Europa**. Um Portugal inserido plenamente na União Europeia mas que sabe aprofundar e valorizar as suas ligações universais, projectadas pela sua componente atlântica e viradas para o mundo da lusofonia, da América Latina, do Magrebe. Ligações essas que representam uma mais-valia do próprio protagonismo europeu de Portugal. E que devem ser afirmadas, no plano cultural tanto quanto no plano económico, quer enquanto expressão do nosso próprio interesse nacional quer enquanto componente da própria projecção da Europa no Mundo.

O sentido mais profundo deste Portugal do Século XXI, que o PS ambiciona ajudar a construir, é o de criar novas condições para a realização pessoal dos Portugueses.

O que se exprime, em primeira linha, na aposta na qualificação das pessoas, muito especialmente dos jovens, através da educação e da formação profissional mas também através da democratização do acesso e do usufruto dos instrumentos da sociedade de informação e da globalização comunicacional.

O Século XXI exige, por isso, uma política que dê prioridade absoluta à **qualificação científica e tecnológica da população**, à difusão e assimilação das novas tecnologias de informação, à expansão e reforço da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, definiremos como meta a atingir um substancial aumento dos recursos públicos dispendidos em Investigação e Desenvolvimento, criando-se centros de Ciência em todas as regiões e promovendo a disponibilização maciça de endereços electrónicos (mais de um milhão), bem como a ligação à Internet de todas as escolas e associações, promovendo a multiplicação por mil dos conteúdos de origem portuguesa disponíveis na Net.

Um País preparado para os desafios do Século XXI é um País que **tem orgulho na sua cultura e nas raízes históricas** que definiram a sua identidade própria, mas que tem que se libertar definitivamente do paroquialismo e da mesquinhez, afirmando claramente que, em condições objectivas de igualdade, somos capazes de assumir os desafios mais ambiciosos que

partilhámos com outros povos e outras culturas.

Um Portugal que preza a sua identidade nacional, **que promove o valor universal que representa a sua própria língua e cultura**, mas cuja principal arma de afirmação no Mundo assenta na qualificação dos seus cidadãos, nos seus conhecimentos, na sua capacidade de realização. Uma capacidade de realização que exige que colectivamente, de forma coesa e solidária, saibamos assumir os nossos direitos tanto quanto os nossos deveres e responsabilidades, melhorando a nossa organização interna, da administração pública às empresas, passando pela escola, pela vida familiar e pela própria conduta cívica dos cidadãos.

Um Portugal cuja vitalidade assente, acima de tudo, na cultura cívica e na capacidade de afirmação da própria sociedade civil, em permanente diálogo com os poderes públicos e no respeito pela vontade geral.

Este projecto só será possível através do empenhamento das Portuguesas e dos Portugueses que, preservando a sua coesão nacional, consigam manter e ampliar a autoconfiança e a autostima que os anos da ditadura e do isolacionismo haviam debilitado.

A afirmação de Portugal no Mundo

A afirmação de Portugal no Mundo passa, em primeiro plano, pelo combate à posição periférica de Portugal, afirmando o primado da nossa participação activa no processo de integração europeia.

Mobilizando as forças económicas e sociais e a vontade dos próprios cidadãos, foi possível vencer o desafio da participação, desde a primeira hora, no núcleo de países que integram a moeda única europeia.

O projecto do Euro representa, para nós, não um fim em si mesmo mas antes um instrumento destinado a promover o crescimento económico e o emprego na União Europeia. Mais do que regras contabilísticas, o que conta é promover condições de melhoria efectiva das condições de emprego e da qualidade de vida dos cidadãos no conjunto do nosso continente.

Face a um Mundo caracterizado pela globalização dos mercados e dos fluxos financeiros, pela livre circulação da informação e pela sofisticada dos meios comunicacionais, proporcionada pela revolução tecnológica e informática, a sociedade internacional é hoje, acima de tudo, marcada pela profunda interdependência dos seus protagonistas. Essa interdependência, bem evidenciada pela propagação das recentes crises financeiras e económicas na Ásia, na Rússia e na América Latina, vem sublinhar, por um lado, a insuficiência ou mesmo a ausência de instituições reguladoras globais tanto no plano económico-financeiro como no plano político-militar e, por outro, a relevância da participação em espaços alargados de cooperação e de integração regional, como forma de melhor salvaguardar os interesses nacionais. Perante a globalização alguns entendem

que é possível aos Estados adoptar políticas proteccionistas de cariz marcadamente defensivo. Pelo contrário, para nós, socialistas democráticos, a globalização é um movimento incontornável, que comporta oportunidades e riscos a que importa saber responder, no sentido de melhor aproveitar as primeiras e limitar os efeitos nefastos dos segundos.

Neste contexto, a melhor atitude nacional perante a globalização é a de afirmar, com consistência, as posições nacionais de um pequeno País de economia aberta como o nosso, através da participação activa e responsável nas organizações internacionais que desempenham um papel relevante na regulação global.

E nesse contexto assumir activamente propostas que permitam superar a manifesta insuficiência das instituições internacionais perante as novas realidades planetárias, seja no plano económico-financeiro seja no próprio plano político-diplomático-militar (desde a reforma das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, passando por uma nova concepção acerca da Organização Mundial do Comércio e do seu papel na promoção não apenas de um comércio livre mas também social e ecologicamente justo).

Esse o sentido primeiro, eminentemente político, da nossa participação no projecto da **União Europeia**. Mas esse é, também, o sentido mais geral da afirmação do papel de Portugal no Mundo, seja através da participação na Organização das Nações Unidas (onde desempenhamos um relevante papel como membro não-permanente do respectivo Conselho de Segurança), seja através das responsabilidades assumidas no quadro das organizações político-militares de que fazemos parte (designadamente a NATO, como evidência a participação de forças militares portuguesas na Bósnia-Herzegovina).

A especificidade do papel de Portugal no Mundo resulta ainda particularmente realçada pelo impulso decisivo que demos, neste mandato, à criação da **Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)**, bem como pelo protagonismo que assumimos no relacionamento com os países da América Latina, seja a verdadeira **«redescoberta» do Brasil** no plano económico e político, seja no quadro da Cimeira Ibero-Latino-Americana.

O significado destas apostas ganhadoras no plano internacional constitui um pressuposto da nossa continuada afirmação no Mundo, onde desempenha um lugar cada vez mais relevante a afirmação da nossa identidade cultural e linguística própria.

Neste contexto, assume particular destaque o papel das **Comunidades Portuguesas no Mundo**, não apenas enquanto elemento de ligação de todos os cidadãos nacionais onde quer que residam, mas também enquanto componente da afirmação dos nossos valores nacionais e da nossa específica maneira de ser e de estar no Mundo.

No plano político, a afirmação do nosso interesse nacional faz-se através da par-

ticipação activa e empenhada na concretização do projecto da União Política e da União Económica e Monetária, tal como definidos nos Tratados de Maastricht e de Amsterdão. Mas também na afirmação de uma estratégia europeia que confira à temática social – e especialmente à luta contra o desemprego – um papel central nas preocupações políticas dos responsáveis e das instituições europeias.

Portugal enfrenta o novo século integrado na moeda única e apresentando, na vigência do actual Governo, taxas de crescimento económico superiores, em média, às taxas de crescimento europeias. Este ponto de partida pode e deve ser entendido como uma condição ou pressuposto para enfrentarmos em melhores condições a competitividade crescente ditada pela globalização e pela própria moeda única, promovendo activamente a coesão económico-social dos países da União e apoiando uma estratégia de crescimento económico que, no respeito pelos valores essenciais da estabilidade macro-económica estatuídos no denominado «Pacto de Estabilidade», confira prioridade ao combate ao desemprego e à valorização competitiva das empresas europeias à escala planetária.

O projecto europeu justifica-se em função dos **interesses dos cidadãos europeus no seu conjunto**. Esse projecto será tanto mais apoiado e assumido pelos cidadãos europeus quanto mais estes tiverem a percepção de que as prioridades da construção europeia correspondem aos seus problemas quotidianos, quer aos de índole social (combate ao desemprego, à pobreza, à exclusão, à discriminação racial) quer aos respeitantes à sua segurança e estabilidade (garantia da paz no continente, combate à criminalidade organizada, especialmente ao narco-tráfico e à fraude internacional).

Só num espaço alargado como é a União Europeia será possível coordenar as políticas económicas nacionais por forma a garantir um crescimento económico sustentado, com baixas taxas de inflação, mas onde o relançamento da procura corresponda adequadamente às **prioridades do combate ao desemprego estrutural**.

As novas condições de concorrência global trazem novos desafios e também novas ameaças, a que acresce a necessidade de introduzir reformas profundas que permitam à União o seu alargamento aos países candidatos da Europa Central e do Leste.

Perante estes novos desafios existe um risco sério de recrudescimento de tendências nacionalistas e proteccionistas que podem representar uma séria ameaça ao projecto europeu. A sobrevalorização dos riscos inerentes à globalização em geral e ao processo de construção europeia em particular poderá criar a prazo, mesmo em Portugal, novas clivagens no compromisso europeu. Mas para o PS, a aposta europeia continuará a ser da maior prioridade na condução da nossa política nacional e exigirá uma firme vontade política de afirmação permanente do apoio popular a um projecto que, comportando de-

saíões e dificuldades, só pode ser vencido através do empenhamento dos cidadãos e da capacidade de as instituições europeias responderem às suas reais preocupações.

A continuidade do processo de integração europeia constitui pressuposto incontornável para que a voz de Portugal se possa fazer ouvir no Mundo e, dessa forma, possamos, em melhores condições, preservar os nossos próprios interesses nacionais.

Afirmar que potencia não apenas a defesa dos nossos interesses nacionais específicos, mas também amplifica a capacidade de afirmação das grandes causas internacionais que assumimos, entre as quais avulta de sobremaneira a dos **direitos do povo de Timor-Leste** face à ocupação ilegal e ilegítima da Indonésia. O PS continuará firmemente empenhado neste grande combate pelo reconhecimento dos direitos do povo de Timor-Leste e por uma solução negociada internacionalmente que dê integral satisfação às aspirações dos timorenses.

PRESTAR CONTAS AOS PORTUGUESES

A solidariedade social e o combate ao desemprego

Os desafios da globalização não se confinam ao estrito domínio económico-financeiro. Para o PS, na realidade, as novas condições de competitividade global põem em causa os próprios fundamentos do modelo social europeu. Ora, a evolução recente da esmagadora maioria dos países europeus conferiu aos socialistas democráticos e aos social-democratas uma especial responsabilidade na valorização dos factores de **coesão social** das sociedades europeias e na definição das **reformas sociais** que nos permitam enfrentar os desafios da globalização económica e financeira.

O Governo do PS e da Nova Maioria, nestes três anos, deu já inequívocas provas do nosso empenhamento na definição de uma estratégia de reforma social norteada pelos valores da **justiça social e da equidade nas prestações e nos apoios sociais públicos para realização da igualdade de oportunidades**.

No combate às desigualdades sociais a criação do **rendimento mínimo** e do aumento das pensões sociais segundo efectivos **critérios de justiça social**, representam pontos fulcrais desta estratégia que temos vindo a prosseguir. De igual modo a relevância conferida ao combate ao desemprego no conjunto da política económica do Estado permite que de forma sistemática e continuada a **taxa de desemprego tenha vindo a diminuir em Portugal** nos últimos dois anos e meio.

As reformas introduzidas no mercado de trabalho, na sequência do Acordo de Concertação Estratégica, visando a flexibilização das condições de prestação laboral, a valorização da aprendizagem e da formação profissional, a redução pro-

gressiva e negociada do horário de trabalho e a partilha do trabalho constituem instrumentos que convergem para o objectivo central do combate ao desemprego.

A definição de uma **estratégia europeia de combate ao desemprego**, como sempre defendemos tantas vezes isolados, constitui hoje um ponto central da agenda da própria União Europeia e representa, por isso, uma oportunidade para a ordenação das políticas económicas dos Estados centrada no crescimento económico e na criação de emprego.

Do mesmo modo, o Governo do PS e da Nova Maioria avançou com propostas tendentes a introduzir **reformas de fundo no sistema de segurança social**, tendo em vista responder aos desafios que decorrem do progressivo envelhecimento da população e das necessidades de financiamento de um sistema público universal, que disponha dos meios financeiros necessários para a gradual valorização das pensões de valor mais baixo (tal como na prática já temos vindo a fazer).

A **instituição do rendimento mínimo** associada a uma política de reinserção dos seus beneficiários no mercado laboral, a política de equidade nas prestações, de reforço da sustentabilidade financeira a médio prazo do sistema público de segurança social, de abertura de novos espaços à afirmação de sistemas de responsabilidade individual e colectiva de reforma, tal como consta das propostas do Governo do PS e da Nova Maioria, serão prosseguidas como instrumentos de consolidação de uma verdadeira Sociedade de Bem-Estar.

A aposta na qualificação das pessoas

No cumprimento dos compromissos assumidos perante os portugueses em Outubro de 1995, o Governo do PS e da Nova Maioria fez uma inequívoca **aposta geracional na educação**.

O lançamento da **rede de ensino pré-escolar**, conjugando a iniciativa pública com o protagonismo de instituições particulares de solidariedade social e da iniciativa privada, representa uma alteração qualitativa do maior alcance cujos resultados só serão plenamente compreendidos dentro de alguns anos.

Com a mesma preocupação prosseguimos uma política de **dignificação do ensino e dos seus agentes**, bem como da melhoria da qualidade do ensino a todos os níveis, reformulando o quadro institucional, de autonomia e de financiamento das escolas secundárias e do ensino superior.

A aposta na «educação como paixão» está bem espelhada no facto de, antes mesmo do termo da legislatura, termos já atingido o objectivo de **aumentar a despesa pública em educação em cerca de 1% do PIB**.

Nestes três anos procedemos a uma **articulação mais completa entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional**, permitindo desta forma que a formação dos recursos humanos nacionais beneficiasse não apenas de níveis de qualidade mais elevados mas também de

aprendizagem de conhecimentos feita na perspectiva da sua efectiva aplicação prática, o que lhes confere melhor preparação para enfrentarem um mercado de trabalho progressivamente mais exigente e sofisticado, onde as qualificações pessoais e a adaptabilidade às novas tecnologias constituirão um factor essencial.

A aposta nas pessoas traduziu-se também na projecção conferida à **cultura, à ciência e à investigação** no quadro da acção governativa. Neste contexto, cumpre destacar a decisão histórica tomada quanto à preservação das gravuras de Foz Côa, a qualidade da programação cultural evidenciada no decurso da EXPO/98, bem como as relevantes intervenções de preservação do património histórico e arquitectónico nacional. Em todos os casos visámos a preservação e promoção da nossa identidade cultural e linguística.

No domínio da ciência e da investigação o Governo do PS e da Nova Maioria definiu uma estratégia de abordagem da emergente **sociedade de informação**, criando as condições quer infra-estruturais quer de recursos humanos necessários para enfrentar os desafios deste novo paradigma civilizacional: com a criação da Rede Ciência Tecnologia Sociedade, mais de 2000 escolas e de 200 bibliotecas públicas foram equipadas e ligadas à Internet, em articulação com a totalidade das instituições científicas e de ensino superior. Nestes três anos o orçamento de Ciência e Tecnologia do Estado mais do que duplicou, definiu-se uma política científica e tecnológica conducente à efectiva melhoria das qualificações das instituições científicas nacionais e foi lançado o programa **Ciência Viva** que já abrange mais de quatrocentos mil jovens e cerca de mil e oitocentas escolas.

Neste contexto, a criatividade e a qualidade da investigação e da produção nacional continuarão a representar elementos centrais da afirmação dos valores perenes da nossa própria identidade nacional renovada em face da emergente sociedade da informação e do conhecimento.

Uma democracia participada, pela dignificação da política

Com a revisão constitucional de 1997, contribuímos para a criação de condições ampliadas de participação dos cidadãos na vida política.

Temos consciência da prioridade das reformas políticas e da necessidade de conduzir essas reformas na procura de consensos alargados que dignifiquem a política e a acção dos agentes políticos. Dissemo-lo, com clareza, aos portugueses em 1995. Persistimos nessa convicção.

Sem embargo, temos que reconhecer que, neste capítulo, as reformas realizadas ficaram aquém do que pretendíamos. E sem pretendermos eximir-nos às nossas próprias responsabilidades, importa reconhecer que a prioridade que conferimos às reformas políticas não foi acompanhada pelos restantes partidos com assento parlamentar.

Com efeito, a intransigência do PSD quan-

to à redução do número de deputados à Assembleia da República bloqueou a possibilidade sequer de procurar encontrar a maioria qualificada necessária para a alteração da lei eleitoral à Assembleia da República, apesar de o Governo ter conduzido o processo de forma totalmente transparente e com assinalável participação da sociedade civil.

Não sendo exequível obter um consenso alargado a tempo da realização das próximas eleições parlamentares, o PS reeditará o seu compromisso eleitoral de propor a **alteração da lei eleitoral** segundo as linhas gerais da iniciativa legislativa já apresentada no Parlamento.

Grças à **revisão constitucional de 1997**, foi possível abrir novos espaços para a realização de **referendos** de âmbito nacional. A ausência de experiência antecedente e o tipo de campanha que alguns partidos conduziram, sobretudo no caso do referendo sobre a instituição em concreto das regiões administrativas, lançaram algumas dúvidas sobre a aceitação popular de consultas referendárias.

Para o PS, o referendo é um instrumento de participação popular que pode contribuir para a revalorização do debate político e para a consciencialização dos cidadãos. Embora reconhecendo algumas das dificuldades que o referendo suscita entre nós, o PS tomará a iniciativa de modificar a legislação dos **referendos locais**, como forma de contribuir para o enraizamento popular deste instrumento de participação democrática.

No tocante à organização do Estado, o PS defendeu consistentemente uma estratégia de **devolução do poder e de descentralização de atribuições e de competências administrativas** em benefício das freguesias e dos municípios, desta forma cumprindo, quer no plano dos princípios quer no plano da respectiva sustentação financeira, os compromissos que havia assumido perante os portugueses em Outubro de 1995.

Com a decisão popular tomada no referendo de Novembro de 1998, a instituição em concreto de regiões administrativas foi inviabilizada de forma inequívoca. O PS assume colectivamente esta derrota e, como sempre afirmamos, respeitaremos a vontade popular, pelo que entendemos que não existem condições políticas para, no horizonte político mais próximo, retomar o projecto de regionalização.

Neste contexto, o **compromisso descentralizador do PS prosseguirá devidamente remodelado. Para além das propostas de reforço dos poderes e dos meios financeiros das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, o PS reforçará o protagonismo das associações dos municípios e das áreas metropolitanas e instituirá mecanismos de participação democrática no funcionamento das Comissões Coordenadoras Regionais.**

Neste quadro, será conferida prioridade à racionalização da própria administração desconcentrada do Estado, por forma a progressivamente lhe conferir coerência e uma maior uniformidade, tendo em vista melhor responder às necessidades das

populações, designadamente das regiões do interior do País.

De igual modo prosseguiremos a via de consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, como resposta para a promoção da efectiva melhoria das condições de vida das populações insulares, no respeito pela solidariedade nacional.

Promover a segurança dos cidadãos

O Governo do PS e da Nova Maioria conferiu particular relevo à criação de condições de **combate à criminalidade**, reformando profundamente a estrutura e as condições de actuação das forças de segurança.

A **segurança dos cidadãos nas sociedades contemporâneas exige dos poderes públicos uma capacidade de intervenção que conjugue de forma equilibrada a actuação dos mecanismos de prevenção e de repressão criminal com políticas públicas de combate às próprias causas sociais da criminalidade.**

O **aumento significativo dos efectivos policiais e a melhoria das suas condições de preparação e de actuação**, designadamente o aumento dos postos policiais e das patrulhas, a criação de conselhos locais de segurança, a aprovação do quadro legal que permite a criação de polícias municipais, são elementos desta política que devem ser conjugados com o novo quadro legal decorrente quer das alterações do Código Penal e do Código de Processo Penal quer dos novos instrumentos conferidos ao Ministério Público no **combate à criminalidade em geral e à corrupção e à criminalidade económico-financeira** em particular.

Relacionada com a temática da segurança dos cidadãos, avulta a **nova estratégia de abordagem da toxicod dependência**, de prevenção e de recuperação expressa num aumento significativo das infra-estruturas públicas e na cooperação com entidades da sociedade civil.

Uma economia moderna ao serviço do interesse geral

A aposta do PS no projecto da União Económica e Monetária assentou no objectivo principal de criar condições de estabilidade macro-económica que permitissem o desenvolvimento do nosso País. A consistência do processo de ajustamento levado a cabo permitiu que **Portugal crescesse nestes últimos três anos a um ritmo superior à média comunitária**, um crescimento sustentado com base em baixa inflação e com um assinalável potencial de atracção de investimento nacional e estrangeiro.

Sem confiança na orientação económica imprimida pelo Governo ao País o investimento não teria evoluído positivamente nem se teria podido criar os postos de trabalho que permitiram uma continuada diminuição do desemprego.

Mas simultaneamente o Governo do PS e

da Nova Maioria conduziu uma política de **reformulação de regras essenciais do relacionamento do Estado com os agentes económicos e sociais**, onde desempenharam um papel muito relevante quer os acordos sociais de curto prazo quer o acordo de concertação estratégica.

Através de um programa faseado, transparente e controlado por instâncias independentes, o Governo do PS conduziu um processo de privatizações que reduziu o peso do Estado na economia tendo em vista criar novos espaços de intervenção da iniciativa económica privada.

Sem embargo, agora que o processo de privatizações de aproxima do seu fim, importa tornar claro que **este movimento liberalizador não significou a adopção de um «Estado mínimo» no plano económico.**

Pelo contrário, lançaram-se as bases institucionais que permitem ao Estado desempenhar plenamente as suas funções essenciais de regulação e de prestação de serviços económicos de interesse geral, directamente ou em parceria com interesses económicos privados, bem como incentivou-se a **reestruturação de sectores económicos fundamentais, desta forma garantindo o respeito pela vontade colectiva.**

A experiência de funcionamento de instâncias reguladoras independentes num contexto de mercados liberalizados tem provado adequadamente e deverá ser prosseguida e alargada.

Num contexto de globalização, a afirmação dos interesses económicos nacionais passa, cada vez mais, **pela internacionalização das empresas portuguesas**, com o apoio activo do Estado, designadamente tendo em vista mercados onde podemos usufruir de importantes vantagens comparativas como são os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil, os países do Magrebe e mesmo os países da Europa Central e do Leste.

A internacionalização representa, assim, um instrumento de sustentação das empresas no próprio mercado interno, sujeito a regras de acrescida concorrência internacional, e constitui também uma forma de presença activa de Portugal em regiões de relevância política fundamental para o nosso País.

Conforme sempre afirmámos, elemento fulcral da função redistributiva do Estado é o **sistema fiscal**, o qual, nestes últimos três anos foi modernizado em termos de capacidade de recolha e de tratamento informático da informação, ao mesmo tempo que se prosseguiu uma política eficaz de recuperação fiscal e de combate à fraude e à evasão fiscal.

De igual modo, o Governo do PS e da Nova Maioria, respeitando o **compromisso de não aumentar os impostos durante a legislatura**, introduziu diversas reformas destinadas a **melhorar a equidade fiscal** (alteração do coeficiente familiar no IRS, introdução do mecanismo das deduções à colecta, redução ponderada e criteriosa do IRC, revisão de alguns aspectos da base de incidência do IVA, tributação de rendimentos que mais frequente-

mente são escamoteados à declaração fiscal, como as mais-valias das operações realizadas em bolsa), bem como produziu relevantes estudos destinados a fundamentar uma reforma profunda do sistema fiscal nacional no seu todo, tendo divulgado e submetido a debate público os princípios orientadores e as grandes linhas dessa reforma, para além das diversas concretizações que parceladamente foram sendo levadas a cabo anualmente nas respectivas leis orçamentais.

Uma sociedade humanizada assente na melhoria das condições de vida dos cidadãos

Nestes três últimos anos o Governo do PS e da Nova Maioria deu sinais claros da sua preocupação central em melhorar as condições de vida dos portugueses.

Hoje os cidadãos deste País vivem melhor do que há três anos atrás. Não apenas porque os seus rendimentos disponíveis cresceram continuamente, mas também porque melhoraram as próprias condições objectivas de vida.

Com efeito, o Governo do PS e da Nova Maioria levou a cabo uma **política de ambiente** com a preocupação central de erradicar insuficiências e deficiências graves que punham em causa a saúde político e o equilíbrio ambiental.

No domínio da água, do tratamento dos resíduos urbanos, dos resíduos industriais e hospitalares, o Governo tomou decisões fundamentais que garantirão uma acrescida qualidade de vida das colectividades.

Ainda que essas decisões, aqui e além, tenham defrontado a contestação de interesses organizados, assiste-nos a certeza de que elas eram inadiáveis e corresponderam a prioridades de uma sociedade ecologicamente mais equilibrada e respeitadora do meio ambiente. O equilíbrio da vida das populações depende também em larga medida da **qualidade dos cuidados de saúde** dispensados às populações.

Em todas as sociedades contemporâneas, marcadas pelo envelhecimento das populações e por novas e complexas doenças, os cuidados de saúde representam um sector sob constante pressão de uma crescente procura e de um acentuado aumento da despesa pública. Este movimento evolutivo impõe permanentemente uma renovada capacidade de resposta da parte das instituições públicas de saúde, como esteio fundamental da garantia da igualdade de acesso e da universalidade do sistema nacional de saúde, bem como uma cada vez mais cabal articulação com as instituições particulares e a iniciativa privada, nas suas diferentes modalidades.

O Governo do PS e da Nova Maioria fez, pela primeira vez em Portugal, da **política de defesa dos interesses dos consumidores** uma política prioritária da acção do Governo, atingindo as diferentes políticas

sectoriais, ao serviço do desenvolvimento de uma sociedade moderna e por forma a promover a qualidade de vida dos cidadãos. As novas leis do consumidor e dos serviços públicos essenciais que conduziram à garantia da facturação gratuita detalhada no serviço de telefones, a consagração da desvalorização automática do valor dos veículos objecto de seguros facultativos por danos próprios, o novo Código da Publicidade, a nova lei da publicidade domiciliária e as novas regras em matéria de *time-share* e outros direitos de habitação turística são alguns exemplos que devemos realçar.

Esta actuação firmemente prosseguida defrontou-se, por vezes, com hábitos arraigados e resistências corporativas, tão prejudiciais a uma verdadeira modernização da sociedade onde os valores da realização pessoal encontrem adequada satisfação.

O PS continuará, sem esmorecimento, a conferir à defesa dos direitos dos consumidores uma atenção central, correspondendo à exigência de qualidade dos produtos e serviços fornecidos, com especial incidência naqueles sectores onde se registem atitudes de abuso de posição dominante ou concertação de interesses contrários à satisfação das necessidades colectivas.

Modernizar a Administração Pública e a Justiça

Num Mundo onde a globalização da economia e da informação define um ritmo de decisão cada vez mais veloz e exigente, a competitividade global de um País afere-se, em boa parte, pela capacidade de resposta de instituições fundamentais como a Administração Pública e a administração da Justiça.

A modernização da Administração Pública portuguesa constitui uma preocupação central do PS. Nestes três anos definimos um rumo destinado a conferir mais transparência e um controlo alargado sobre a acção administrativa, tendo procedido, pela primeira vez, a um levantamento exaustivo da nossa realidade administrativa e das suas carências mais relevantes.

Esta orientação passou, designadamente, pela aprovação de legislação sobre concursos para cargos de direcção e chefia e revalorização de diversas carreiras, pela melhoria da qualificação profissional dos funcionários públicos e a introdução de regras de flexibilização da gestão de recursos humanos que permitam a renovação da própria estrutura administrativa do Estado.

Sem embargo, a aposta do PS e da Nova Maioria continuará a ser a da aproximação da Administração aos administrados, com especial relevo para a desburocratização dos circuitos de decisão e para a humanização das relações dos serviços com os cidadãos.

O caminho já percorrido neste sentido tem que ser continuado, por forma a incentivar uma participação mais activa dos administrados na vida administrativa em defesa dos seus direitos, bem como a introdução de

mecanismos de flexibilidade no desempenho da função administrativa fazendo apelo à ética de serviço público que deve caracterizar permanentemente o funcionamento dos funcionários perante os cidadãos.

A garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como a satisfação de necessidades sociais fundamentais, exigem um sistema judiciário com condições para uma resposta eficaz e em tempo útil às causas submetidas a julgamento. Situações atinentes à lentidão da administração da justiça e à distância dos cidadãos face ao sistema judiciários, sentidas hoje na maior parte dos países do nosso espaço político e cultural, podem representar sérios factores de debilitação das próprias instituições democráticas no seu conjunto.

Nestes três anos introduzimos reformas no direito penal e processual penal, no processo civil, nos estatutos das magistraturas judicial e do Ministério Público, no funcionamento da Polícia Judiciária e no conjunto do sistema prisional que representam opções estruturantes cujas consequências só poderão ser globalmente percebidas nos próximos anos, no decurso da aplicação concreta das reformas empreendidas.

Sem embargo, o PS reconhece que a nossa tradição jurídica, marcada por um hiperformalismo, forte propensão para a litigância e por um conjunto complexo de garantias, exige o empenhamento de todos os agentes judiciários na transformação de práticas que dificultam o processo de agilização da administração da justiça. Ao Estado caberá prosseguir na via da simplificação legislativa e processual e incentivar o recurso a modernas tecnologias com o mesmo objectivo.

Renovar a confiança dos portugueses no PS

Para o PS, o caminho percorrido nestes três anos permite-nos encarar com serenidade e confiança o momento de prestar contas aos portugueses em Outubro de 1999.

A acção política levada a cabo pelo Governo do PS e da Nova Maioria pautou-se pela fidelidade aos valores do nosso ideário político e pelo respeito pelos compromissos assumidos perante o eleitorado em Outubro de 1995.

A longevidade do Governo minoritário do PS só se explica porque, no essencial, sempre contou com um largo apoio popular, um capital de confiança e de esperança que não foi desfeito pela agressividade e pelo radicalismo das oposições. Esse «contrato de confiança» com os portugueses foi o principal factor dissuasor de uma crise política que aritmeticamente esteve sempre ao alcance dos partidos da oposição conjugados entre si e, aqui e além, ensaiada através de coligações negativas que inviabilizaram, atrasaram ou distorceram iniciativas políticas e legislativas do PS.

Esse «contrato de confiança» reforçou-se ainda pelo facto de os partidos da oposição, com o seu discurso de permanente «bota abaixo», terem procurado sempre

disfarçar a ausência de alternativas credíveis ao projecto do PS com um crescendo de demagogia, agressividade e intrigismo político.

Em nome da consistência do nosso compromisso com os portugueses haverá que resistir a esta «política virtual», feita a pensar nos directos dos telejornais e em nome de mesquinhas preocupações de sobrevivência de direcções partidárias frágeis e instáveis.

A democracia só sairá reforçada se o próximo acto eleitoral permitir colocar os portugueses perante propostas claras, sérias e consistentes quanto aos destinos do País no dealbar do próximo século.

A existência de uma proposta alternativa ao projecto do PS é do nosso próprio interesse, porque com ela seria possível evidenciar melhor a coerência e a consistência da nossa acção ao longo desta legislatura.

A inconsistência da estratégia de coligação entre o PSD e o PP, aparentemente confinada ao objectivo de potenciar os seus resultados eleitorais exclusivamente para tentar impedir uma eventual maioria absoluta do PS, é afinal a expressão da crise de valores, de projecto e de liderança dos partidos da direita. Com efeito, excluída a demagogia mais desenfreada e o tacticismo destinado a deslumbrar a opinião publicada e a alcançar o objectivo, de duvidoso mérito, de «marcar a agenda política», dificilmente os portugueses conseguem discernir sobre que assenta hoje o projecto da direita para Portugal.

Ao contrário do que alguns analistas afirmam, os partidos da direita não têm programa alternativo à governação do PS porque a governação do PS lhes tenha roubado as suas «bandeiras» tradicionais, em nome de uma qualquer nebulosa ideológica destinada a entronisar os interesses políticos do eleitorado central, mas pelo seu próprio vazio.

Por outro lado, o PCP, ao não se renovar, persiste em manter-se à margem de um projecto de poder norteado pelos valores da esquerda moderna.

A governação do PS e da Nova Maioria é inequivocamente um projecto de esquerda moderna. Um projecto que consolida, em torno de valores e de políticas, o apoio de uma clara maioria de eleitores que compreende e se identifica com as prioridades da acção política e governativa do PS.

Prioridades que correspondem a propostas exequíveis e responsáveis de valorização da democracia política, do combate às desigualdades sociais e de consolidação da paz e da estabilidade cívica e social enquanto pressupostos do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida das populações.

Propostas essas que representam, assim, a vontade de um **bloco social de progresso** que nos permita enfrentar os desafios da globalização comunicacional e do aprofundamento da integração europeia. As propostas dos socialistas democráticos portugueses, do PS e dos muitos independentes que participaram nos Estados-Gerais e deram corpo e alma ao projecto da Nova Maioria, têm hoje cada vez

maior ressonância no contexto europeu, onde a esmagadora maioria dos eleitores depositou idêntica confiança nos respectivos partidos socialistas e social-democratas.

O pluralismo interno da família política europeia a que pertencemos permitiu criar um intenso debate interno, que revela uma vitalidade e um sentido estratégico que nenhuma outra família política europeia apresenta neste momento.

Os portugueses conquistaram, pelo seu esforço e mérito próprios, o direito a terem uma voz activa e um protagonismo fundamental neste debate sobre o futuro do nosso modelo civilizacional.

Cabe ao PS e à Nova Maioria assumir a condução política deste combate.

O sucesso deste empreendimento político depende de clareza nos objectivos e da consistência dos nossos compromissos com os eleitores.

Sobre estas matérias importa falar claro. O ano de 1999 reserva-nos importantes combates, tanto na frente externa como na frente interna.

Portugal tem que vencer os desafios da criação de condições, no plano europeu, para a afirmação do Euro como instrumento de crescimento económico e de criação de emprego. Para tanto importa ampliar a coordenação das políticas económicas dos Estados da zona Euro, conferindo prioridade à competitividade das empresas, à garantia do nosso modelo social e à realização de investimentos infra-estruturais que representem a criação de novos empregos sustentáveis e que assentem na modernização da capacidade tecnológica e de investigação científica europeia. Para tanto importa reafirmar o compromisso de solidariedade europeia, designadamente no quadro da adopção das perspectivas financeiras para o período 2000/2006, por forma a que as políticas europeias contemplem a realização efectiva da coesão económico-social.

Internamente, os portugueses serão chamados, em 1999, por duas vezes, a fazer escolhas sobre os rumos futuros do nosso País: em Junho, nas eleições para o Parlamento Europeu e em Outubro, nas eleições legislativas.

Independentemente das coligações de circunstância dos nossos principais adversários, o PS assume inequivocamente o seu projecto nacional e europeu apresentando-se a ambos os actos eleitorais com a sua identidade própria, o seu símbolo, o seu programa e a sua equipa dirigente. Fiel aos compromissos assumidos em 1995, fá-lo-emos no quadro de uma dinâmica política aberta à sociedade civil e à participação de todos os independentes que se identificam com as nossas propostas.

O alargamento da convergência política que presidiu à Nova Maioria de 1995, segundo novas modalidades adaptadas às actuais condições do combate político, apresenta um elemento essencial deste movimento político destinado a prestar contas aos portugueses pelo mandato que nos foi conferido em Outubro de 95 e a pedir um mandato claro e inequívoco

para governar no primeiro quadriénio do século XXI.

Para tudo isto pedimos aos portugueses um mandato claro e inequívoco enquanto continuidade e renovação do «contrato de confiança» que estabelecemos desde há mais de três anos com os eleitores. Um mandato consolidado e ampliado para garantir a estabilidade política e a possibilidade de, com base no diálogo e na concertação política, aprofundar o projecto de transformação e modernização da sociedade portuguesa no próximo século.

Para realizar esse projecto de um **Portugal ganhador no Século XXI** importa persistir na modernização da sociedade e do Estado, adaptando-a a padrões de maior exigência e qualidade, tanto no plano do funcionamento das instituições democráticas quanto no domínio da organização autónoma da sociedade civil.

Persistir nas reformas definidas com base no diálogo e na concertação de interesses, no respeito da vontade geral.

Persistir nos valores da solidariedade e da coesão social, no combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social.

Persistir no compromisso europeu, no relacionamento universal em função das nossas raízes históricas e culturais e no empenhamento em prol da paz e da segurança colectiva.

Persistir na aposta na qualificação das pessoas, seja no domínio da educação seja no da formação profissional.

Persistir no combate ao crime e à fraude, correspondendo aos anseios de mais segurança para as populações.

Persistir na afirmação de um crescimento económico sustentado, de um desenvolvimento da qualidade das infra-estruturas, no respeito pelo meio ambiente e pelos direitos dos consumidores.

Persistir no combate às desigualdades e às assimetrias, promovendo activamente a igualdade de oportunidades independentemente do local onde se reside.

Persistir na valorização da qualidade de vida urbana, na melhoria das condições sociais e culturais dos grandes centros populacionais e suas periferias.

Persistir num modelo de desenvolvimento sustentado que promova o equilíbrio do mundo rural tanto na sua vertente agrícola como no contributo para o equilíbrio ecológico e ambiental.

Em suma, persistir na política do PS e da Nova Maioria para melhor afirmar o papel dos Portugueses no século XXI.

O PS tem a convicção de ter sempre estado na primeira linha deste combate pelo futuro. O PS tem a certeza de que, na sequência das responsabilidades governativas que assumiu nestes últimos três anos, é portador de um projecto nacional que nos permita afirmar a nossa identidade e os nossos valores próprios no Século XXI.

Com o apoio, o empenhamento e o esforço de todos os Portugueses sem excepção! Porque é para para todos os Portugueses que aspiramos a governar Portugal!

NASCEU O EURO

O primeiro dia de 1999 será para sempre recordado como a data de criação da moeda única europeia.

Mais poder de compra, crédito mais barato e melhores negócios serão as consequências do nascimento do euro, um passo histórico que uniu como nunca 11 Estados-Nações da Europa, incluindo Portugal.

O euro chegou para substituir moedas como o marco alemão - actualmente uma das principais divisas mundiais -, o franco francês, o florim holandês, além do escudo, lira italiana, peseta, franco belgo-luxemburguês, markka finlandesa, xelim austríaco e libra irlandesa. Apenas quatro países da União Europeia (UE) não integram o «pelotão da frente» do euro: Reino Unido, Dinamarca e Suécia por opção, e Grécia por não cumprimento dos critérios macroeconómicos de convergência (acesso) à moeda única.

Independentemente das vantagens económicas, a partilha de uma mesma divisa garante um estreitamento sem precedentes dos laços que unem os países comunitários, encaminhando-os indiscutivelmente para uma entidade política única e inédita, composta por diferentes nações.

Se tudo correr como previsto, uma moeda única sólida e estável não apenas obrigará os países envolvidos a dispor de contas públicas equilibradas e sãs, com impedirá a subida dos preços e dos juros, facilitando também o comércio no mercado europeu sem fronteiras.

Os países da UE que participam no euro estão sujeitos ao denominado Pacto de Estabilidade que fixa um conjunto de regras e sanções financeiras dissuasoras de um eventual despesismo nas políticas orçamentais.

Com o arranque do euro, Portugal fica submetido à mesma política monetária dos restantes 10 países fundadores da moeda única europeia, a qual é conduzida e definida, com total independência dos governos nacionais, pelo Banco Central Europeu (BCE), sediado em Frankfurt.

Assim, desde o dia 1 de Janeiro, o preço do dinheiro ou o custo dos empréstimos (taxas de juro) no País deixaram de ser decididos em Lisboa, passando a ser definidos na cidade alemã de Frankfurt. A mudança não implica, porém, qualquer perda de soberania nacional.

O BCE, através do seu presidente, vice-presidente e restantes quatro membros da sua Comissão Executiva (Directório), vai comandar a política monetária única e gerir o euro, fixando os valores das taxas de juros, controlando a quantidade de dinheiro em circulação e zelando por um valor (taxa de câmbio) estável da moeda única face às principais divisas mundiais, como o dólar norte-americano e o iene japonês. Para já a moeda única europeia estreou-se em alta nos mercados bolsistas do mundo.

Cotação histórica em Sidney

O euro foi cotado pela primeira vez na his-



tória dos mercados internacionais a 1,1747 dólares na abertura informática dos câmbios australianos, às 5 horas de segunda-feira, em Sidney (18 horas de domingo, em Lisboa).

A nova moeda única de 11 dos 15 países da União Europeia abriu, simultaneamente, a 133,20 ienes.

O euro apresenta-se, portanto, forte face ao dólar: a moeda europeia valia 1.16675 dólares no dia 1 à tarde, segundo as operações de conversão final decididas em Bruxelas pelos responsáveis da UE.

O mesmo aconteceu relativamente à moeda nipónica, pois o euro cotava-se na passada sexta-feira teoricamente a 132,80 ienes.

Devido à situação geográfica e ao fuso horário e também por ser dia feriado na Nova Zelândia, cujo mercado financeiro encerrou, a praça de Sidney foi a primeira historicamente a confrontar o euro com outras moedas do mundo.

Uma grande ansiedade interna e externa precedeu o nascimento da divisa única europeia e isso ficou a dever-se ao facto de que o sector financeiro já funciona em euros, sendo o precursor do que irá acontecer nas restantes áreas, nos próximos meses, pelo que o Ministério das Finanças português já se manifestou disponível para colaborar nomeadamente com a economia.

Sousa Franco defendeu, no dia 4 - primeiro dia útil do euro -, que «está tudo a correr bem» e Portugal, que se «encontra no centro político europeu», fez «uma das mais completas adaptações dos 11 países».

O ministro das Finanças falava na sessão solene para assinalar a introdução da moeda única, cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres, e dos ministros da Economia, Pina Moura, Educação, Marçal Grilo, e Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

Na sessão foram apresentados os programas de informação «Euro-Empresa», a decorrer durante este mês, da responsabilidade da Comissão Euro do Ministério da Economia, e o «Euro na Estrada», para divulgação nas escolas e que é organizado pela Comissão Euro do Ministério das Finanças.

Sousa Franco salientou que no sector financeiro e na Administração a primeira fase de adaptação está concluída, mas o processo vai continuar com a concretização de um novo Direito Monetário, a produção nacional de euros, já em Fevereiro, um novo código de Valores Mobiliários e a privatização das Bolsas, no primeiro semestre. É que o euro implica para além de uma política adequada, um conjunto de «reformas estruturais permanentes».

«Egoísmos nacionais» na mira de Guterres

Por seu turno, o primeiro-ministro, António Guterres, frisou a fragilidade política que a Europa ainda regista e o recrudescimento dos egoísmos nacionais na discussão da Agenda 2000, ao falar durante o seminário sobre «Portugal no Euro», na FIL, em Lisboa.

Para Guterres, o século XXI vai assistir ao nascimento de uma Europa política, tal como já existe uma Europa económica.

A entrada em vigor do euro envolve «um momento de satisfação mas também de reflexão», dado que tanto Portugal como a Europa enfrentam problemas cruciais em relação ao seu futuro, considerou.

Para Portugal, disse, o mais relevante não é ter alcançado o objectivo da moeda única, mas tê-lo concretizado sem sacrificar o crescimento económico, ao contrário do que sucedeu noutros países.

A nível da construção europeia, «há hoje muitas razões para preocupações», disse o chefe do Executivo socialista, destacando o facto de a União Europeia ser ainda politicamente «muito frágil».

António Guterres deu como exemplos o que se passou com a Organização Mundial do Comércio, a crise no Iraque e a incapacidade de o Velho Continente assegurar a sua própria defesa colectiva.

«Não há um espaço público europeu, os políticos respondem perante as suas próprias opiniões nacionais, o que facilita a emergência de egoísmos nacionais e o chamado défice democrático europeu», sublinhou.

Uma promessa de prosperidade chamada euro...

Apesar da crucialidade do momento, no primeiro dia de 1999 pouco mudou o quotidiano da maioria dos cidadãos de Portugal e dos outros países fundadores do euro, que só começarão a notar a realidade da existência da moeda única dentro de três anos. No dia 1 de Janeiro de 2002 chegarão às mãos e aos bolsos dos portugueses as notas e moedas do euro, que substituirão definitivamente o escudo.

Até lá os portugueses poderão continuar a pagar e a «fazer contas» em escudos, dentro do País, embora seja aconselhável que se comecem a habituar aos valores equivalentes em euros nas despesas e poupanças que efectuarem.

Os efeitos imediatos da criação do euro foram sentidos apenas por uma minoria de cidadãos, nomeadamente empresários (donos de empresas que exportam ou importam da Europa) e dos que viajam frequentemente na UE, por motivos profissionais ou de lazer (turismo).

É que, desde a passada sexta-feira as paridades entre as moedas dos países fundadores do euro foram fixadas de uma vez por todas (irrevogavelmente), bem como o valor destas em relação à moeda única.

Nos três anos em que não haverá notas e moedas em euros, as divisas nacionais dos países da moeda única continuarão a coexistir e a ser válidas, mas terão sempre o mesmo valor entre si, deixando de subir ou descer diariamente umas em relação às outras, como até agora.

A partir de 1 de Janeiro, todas as moedas nacionais dos países fundadores da moeda única terão ainda uma paridade fixa relativamente ao euro, cujo valor foi definido nos 200,482 escudos no caso português.

Até à introdução das notas e moedas, o euro será apenas uma divisa escritural ou de referência para pagamentos através dos bancos (transferências bancárias, cartões de crédito, cheques, entre outros).

Até 1 de Janeiro de 2002, os portugueses poderão assim optar, sem quaisquer custos, por efectuar pagamentos em euros através dos bancos ou por passar para euros as suas contas bancárias em escudos.

Todavia, como não haverá ainda notas e moedas do euro, os levantamentos serão sempre feitos em escudos e os pagamentos bancários convertíveis em moeda nacional.

Em relação ao resto do mundo e se a mais importante união monetária da história funcionar como previsto, a moeda única europeia tenderá naturalmente a equiparar-se ao dólar, pois o euro terá por trás um conjunto de países (11 numa primeira fase) cujas riquezas económicas somadas equivalem à dos EUA.

No que ao «Acção Socialista» se refere, se em 2002 o preço de capa se mantiver, os nossos leitores poderão comprar o jornal do PS com apenas uma moeda de 50 cêntimos em euros.

M.J.R.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

– O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, o secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, e o secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, deslocaram-se, no dia 21 de Dezembro, ao município de Vila Nova de Famalicão, para participar na cerimónia de celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com esse município.

O referido contrato-programa visa a construção da piscina coberta municipal. Trata-se de uma obra estimada em 270 mil contos, com comparticipação financeira das Secretarias de Estado da Administração Local e Ordenamento do território e do Desporto de 60 por cento (em partes iguais) do valor da obra em 1999.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

– O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, celebrou, no dia 23 de Dezembro, em Óbidos, um contrato-programa com a respectiva Câmara Municipal, para conservação, restauro e remodelação interna do edifício dos paços do concelho.

O referido contrato-programa envolve um investimento de 97 417 contos e uma comparticipação do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do território de 48 709 contos, no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais.

AGRICULTURA

– O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, presidiu, ontem, em Lisboa, à cerimónia de assinatura dos protocolos de transferência de funções do Ministério da Agricultura para a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação Nacional da Agricultura (CAN), Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e para a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas (Confagri).

A transferência de funções visa criar condições para garantir o pagamento atempado das ajudas aos agricultores e apoiar o movimento associativo. Estes protocolos permitirão, ainda, a estas entidades receber directamente dos agricultores a quase totalidade das 485 mil candidaturas das ajudas ao rendimento, que em 1998 totalizaram 128 milhões de contos de subsídios a fundo perdido. No decorrer da cerimónia em questão foram divulgados os montantes financeiros atribuídos às organizações de agricultores para a execução destas funções.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

– A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, deslocou-se, no dia 21 de Dezembro, à região de Trás-os-Montes para reunir-se com os autarcas da zona.

Nestes encontros estiveram em discussão questões relacionadas com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para o período 2000/2006 e o III

Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Maria José Constâncio visitou algumas obras em Trás-os-Montes, reunindo-se com as associações e municípios da zona, naquela que foi a sua primeira visita oficial a esta região do País exclusivamente dedicada aos problemas do Alto Tâmega e da Terra Quente Transmontana.

EDUCAÇÃO

– O ministro da Educação, Marçal Grilo, recebeu, ontem, a visita de dois grupos de professores e alunos que lhe foram cantar as Janeiras ao Ministério da Educação.

EQUIPAMENTO

– Numa cerimónia presidida, recentemente em Ponte de Lima, pelo ministro do equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, e pelo secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, foram assinados protocolos no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD).

O referido programa, cuja comparticipação da Administração Central se situa nos 25 por cento, tem por objectivo «minorar os problemas de degradação das áreas urbanas», apostando-se na reabilitação das construções e dos espaços existentes, criando condições para que as populações se fixem nos núcleos urbanos, especialmente nos históricos.

FINANÇAS

– O ministro das Finanças, Sousa Franco, apresentou, no dia 30 de Dezembro, em Lisboa, o Programa de Estabilidade e Crescimento aprovado, na reunião do Concelho de Ministros realizada no mesmo dia.

A apresentação contou com a presença da restante equipa política no Ministério das Finanças.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

– O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, atribuiu, no dia 31 de Dezembro, em Aveiro, subsídios a instituições do distrito pelo trabalho que têm vindo a desenvolver ao nível da solidariedade social, bem como pelas carências específicas de cada uma e a sua importância para servir a comunidade em que se inserem.

As instituições contempladas no valor global de 12 mil contos com o Fundo de Socorro Social foram, designadamente, o Centro Social e Cultural de Nossa Senhora do Ó de Aguium, de Anadia; o Centro Paroquial de São Jacinto, Aveiro; o Centro de Promoção Social do Furadouro, de Ovar; e a Associação Particular de Solidariedade Social Padre Osório, do concelho de Santa Maria da Feira.

SAÚDE

– A ministra da Saúde, Maria de Belém, apresentou, no dia 22 de Dezembro, em Lisboa, a estratégia do Ministério da Saúde para o ano de 1999.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 30 de Dezembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- O Programa de Estabilidade e Crescimento para os anos de 1999 a 2002;
- Um decreto-lei que aprova o estatuto do bolseiro de investigação científica;
- Um decreto-lei que aprova o estatuto da carreira de investigação científica;
- Um decreto-lei que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico;
- Uma proposta de lei que permite que, em determinadas condições, os contratos de trabalho de trabalhadores que completarem a idade legal de reforma por velhice e não queiram reformar-se, sejam convertidos em contratos a termo de seis meses, prorrogáveis;
- Uma proposta de lei que atribui às associações patronais o direito de participar na elaboração da legislação de trabalho;
- Uma resolução que designa os membros da comissão instaladora do município da Trofa;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos ficheiros informatizados em matéria de identificação criminal e de contumazes da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários;
- Um diploma que altera o decreto-lei que regulamenta a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, prorrogando, até final de 1999, a fase de estudos, trabalhos preparatórios e de implantação de projectos de informática nas instituições judiciais;
- Um decreto-lei que opera, no que exclusivamente respeita às propinas da matrícula e inscrição em cursos de estudos superiores especializados e apenas até à efectiva cessação da leccionação destes, a repriminção da norma constante do n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 1/96, de 9 de Janeiro;
- Um decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de adopção do sistema de inventário permanente e da elaboração da demonstração dos resultados por funções e define os elementos básicos da listagem do inventário físico;
- Um decreto-lei que adopta as linhas de orientação para a identificação e quantificação por estimativa dos constituintes de origem animal, por exame microscópico, no quadro de controlo oficial dos alimentos para animais e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária correspondente;
- Um decreto-lei que altera os requisitos de vinculação aos Quadros de Zona Pedagógica e estabelece o direito de acesso à profissionalização em serviço dos docentes interessados em Quadros de Zona Pedagógica introduzindo alterações de natureza instrumental no regime da profissionalização em serviço;
- Um decreto-lei que extingue o Secretariado para as Conferências de Juventude'98 e para o Festival Mundial da Juventude'98-Portugal;
- Um decreto-lei que estabelece a taxa contributiva aplicável aos docentes dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo abrangidos pelo decreto-lei n.º 179/90, de 5 de Junho e decreto-lei n.º 109/93, de 7 de Abril;
- Uma resolução que aprova a aquisição de um imóvel, a título oneroso, mediante prévia celebração de um contrato-promessa de compra e venda com eficácia real, para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Uma resolução que aprova a aquisição das fracções designadas pelas letras «O» e «P» a que correspondem parte do 9º piso, letra B, e a totalidade do 10º piso bem como oito lugares de estacionamento localizados na primeira cave, do edifício denominado «Satélite», sito na Rua Professor Sousa da Câmara n.ºs 143 e 143-A e Av. Engenheiro Duarte Pacheco, n.ºs 28, 28-A, 28-B e 28-C, em Lisboa;
- Uma resolução que aprova a aquisição para o Estado, mediante a celebração de um contrato de locação financeira das fracções autónomas designadas pelas letras «B» e «C», correspondentes respectivamente à loja-lado esquerdo com entrada pelo n.º 39 e dos 1º, 2º, 3º e 4º andares e águas furtadas, do imóvel sito em Lisboa na Rua do Comércio n.ºs 33 a 55;
- Uma resolução que presta garantia pessoal do Estado, no montante de empréstimo no valor de 930 milhões de escudos a contrair pela Sociedade Têxtil da Cuca, SA, junto do Sindicato Bancário liderado pelo Banco Mello, SA;
- Uma resolução que autoriza o IGCP a contrair empréstimos destinados ao financiamento do défice orçamental e do serviço da dívida até ao limite de acréscimo de endividamento líquido global directo de 700 milhões de euros;
- Uma resolução que aprova a aquisição para o Estado, mediante a celebração de um contrato de locação financeira do lote de terreno 4.53.01, com a área de construção de 4000 metros quadrados, sito em Lisboa, na zona de intervenção da «Expo'98», freguesia de Santa Maria dos Olivais;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, ao empréstimo no montante equivalente a 15 mil milhões de escudos, a contrair pela Rede Ferroviária Nacional, REFER, EP, junto do Banco Europeu de Investimento, destinado ao financiamento parcial do projecto denominado «Linha do Minho – A»;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, ao empréstimo no montante de 60 mil milhões, de escudos a emitir pelo Parque Expo'98, SA, junto de um Sindicato Bancário liderado pelo Banco Chemical Finance, SA;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, ao empréstimo no montante equivalente a 20 mil milhões de escudos, a contrair pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, EP, junto do Banco Europeu de Investimento destinado ao financiamento parcial do projecto denominado «Travessia Ferroviária do Tejo C»;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, ao empréstimo no montante equivalente a 34 mil milhões de escudos a contrair pelo Metropolitano de Lisboa, EP, junto do Banco Europeu de Investimento destinado ao financiamento parcial do Projecto denominado «Metropolitano de Lisboa IV»;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, até ao montante equivalente a 25 mil milhões de escudos, que o Metropolitano de Lisboa pretende contratar para financiamento parcial do plano de aquisição de material circulante, correspondente ao plano de expansão e modernização da Rede do Metropolitano de Lisboa;
- Uma resolução que presta a garantia pessoal do Estado, ao empréstimo a contrair pelo Metro da Área Metropolitana do Porto, SA, até ao montante equivalente a 20 mil milhões de escudos junto do Banco Europeu do Investimento, destinado ao financiamento do Sistema Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto - Tranche A;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto do mecenato onde se define o regime de incentivos fiscais no âmbito do mecenato social, ambiental, cultural, científico ou tecnológico e desportivo.

ANIVERSÁRIO

Exposição

ACÇÃO SOCIALISTA – 20 ANOS

A exposição comemorativa dos 20 anos do «Acção Socialista» continua patente ao público até ao próximo dia 10 de Janeiro, na Sala da Música, na Sede Nacional do Partido Socialista, no Largo do Rato, em Lisboa.

Composta por vinte painéis reproduzindo as primeiras páginas evocativas dos 20 anos do «Acção Socialista», que reflectem simultaneamente os principais momentos da vida do Partido Socialista e de Portugal, a exposição foi inaugurada no passado dia 17 de Dezembro, data em que foi publicada a milésima edição do Órgão Oficial do Partido Socialista.

A exposição, que poderá ser vista durante o horário de funcionamento da Sede Nacional, tem contado com a visita de destacados militantes ligados à história e à vida do Partido. Mário Soares e Manuel Alegre, o coordenador da Comissão Permanente, António José Seguro, vários elementos do actual Executivo como José Lello, Francisco Seixas da Costa, Alfredo Jorge Silva, o alto-comissário para as Minorias Étnicas, José Leitão, o presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, diversos deputados, militantes e simpatizantes do Partido Socialista já visitaram a exposição.

Em complemento desta exposição comemorativa dos 20 anos do «Acção Socialista» e simultaneamente com a sua milésima edição foi editado um caderno-síntese dos principais acontecimentos políticos e sociais que fizeram notícia nas páginas do «AS».

Este caderno, que complementa a exposição e que serve simultaneamente de guia, tornou-se um precioso elemento de consulta e de memória das múltiplas batalhas políticas e sociais que traçaram o destino do Portugal moderno em que hoje vivemos.

Um dos valores que, indiscutivelmente, faz

parte do património socialista é o da cultura. Também por isso nestas comemorações este factor não ficou esquecida, pelo que foi feita uma publicação dos poemas seleccionados pelo camarada Carlos Carranca e que habitualmente são publicados semanalmente na página «Cultura & Des-

porto». Poetas progressistas como Adolfo Rocha, Alexandre O'Neill, Antero de Quental, António Arnaut, Daniel Filipe, David Mourão-Ferreira, Jorge Sena, Luís Filipe Sarmento, Luiz Goes, Manuel Alegre, Maria Alberta Menéres, Natália Correia, Sebastião da Gama e Sophia de Mello

Breyner Andersen são apenas alguns dos muitos referidos nesta publicação.

No entanto, se ainda não visitou a mostra ou se por razões de distância não o pôde fazer, contacte a redacção do «Acção Socialista» para receber os números já editados.



DESTAQUE - CM

Relações laborais

REFORMA PASSA A OPÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 30 de Dezembro, em Lisboa uma proposta de lei que permite que, em determinadas condições, os contratos de trabalho de trabalhadores que completarem a idade legal de reforma por velhice e não queiram reformar-se, sejam convertidos em contratos a termo de seis meses, prorro-gáveis.

Este diploma vem permitir que os contratos de trabalho dos trabalhadores que completarem a idade legal de reforma por velhice, mas que não pretendam ainda reformar-se, possam ser convertidos em contratos a termo desde que se encontre salvaguardada a sua situação perante a se-

gurança social. Assim, se um trabalhador já tiver uma carreira que lhe garanta o acesso à sua pensão máxima de reforma, poderá passar a trabalhar em regime de contrato de trabalho a termo.

O mesmo sucede com trabalhadores que, embora não tenham ainda acesso a uma taxa máxima de formação da pensão, vejam a sua situação garantida através do pagamento antecipado pela entidade patronal das contribuições para a segurança social.

Este alargamento do leque de opções quanto aos termos finais das relações laborais, permite às empresas uma maior flexibilização dos seus quadros de pesso-

al, sem que daí resultem prejuízos para os trabalhadores abrangidos, já que os encargos financeiros para a Segurança Social com a reforma a partir dos 65 anos é compensada com o pagamento antecipado, pelas entidades patronais, das contribuições sociais relativas a ambas as partes, com base nas taxas correspondentes às eventualidades de velhice e morte.

A medida integra-se na política de emprego do Programa do Governo, no que respeita ao desenvolvimento da concertação estratégica com vista à promoção de emprego, articulando-se ainda com a política relativa à economia e desenvolvimento, ao melhorar a produtividade das empresas através da renovação do seus quadros de pessoal.

Em conclusão, a proposta consagra uma extensão do regime actualmente em vigor que prevê situações de contrato de trabalho a termo por períodos de seis meses nos casos de reforma do trabalhador que, porém, continua ao serviço da entidade empregadora; do trabalhador atingir os 70 anos de idade; dos trabalhadores com 40 anos de carreira contributiva a que corresponda a taxa global máxima de formação da pensão; e de pagamento pela entidade empregadora de contribuições sociais correspondentes aos anos necessários para que os trabalhadores tenham direito a pensão idêntica à que aufeririam caso requeressem a reforma apenas aos 70 anos.

PS EM MOVIMENTO

BAIÃO

Debate sobre Direitos do Homem

A Secção de Baião do PS organizou nos passados dias 19 e 20 de Dezembro um importante debate sobre os Direitos do Homem, numa altura em que se comemora o 50º aniversário desta Magna Carta ainda muito longe de ser respeitada em numerosos países. O debate decorreu na Escola EB 2-3 de Ancede, perante uma assistência de mais de duas centenas de pessoas.

Dos temas debatidos, que iam do enquadramento histórico e jurídico, à realidade vivida actualmente no interior de alguns países em desenvolvimento, dos direitos dos jovens, das crianças, dos mais desprotegidos e dos mais indefesos, às políticas de inclusão social como o RMG, todos os presentes puderam ouvir, tirar dúvidas ou dar achegas às comunicações dos intervenientes, com destaque para o líder distrital da JS e para o líder do GP/PS, que evocou o sofrimento e a luta do povo de Timor-Leste, vítima das maiores atrocidades pelo regime ditatorial de Jacarta, que se encontra no «top» mundial das violações dos direitos humanos.

Sabendo-se que não basta inscrever nas Constituições e nas leis ordinárias de cada país, o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à saúde, entre outros, se não houver paralelamente um esforço permanente no sentido de elevar os padrões de educação e cultura e o nível socioeconómico dos cidadãos e dos povos, é necessário que os partidos políticos desempenhem um importante papel de esclarecimento, divulgação e promoção daqueles direitos.

Foi, pois, neste contexto que a Secção do PS/Baião promoveu com assinalável êxito um debate sobre esta importante problemática tantas vezes esquecida, nomeadamente por uma certa direita apenas preocupada em fazer demagogia.

BENAVENTE

Comunicado

A questão da elevação a concelho de Samora Correia, uma «justa» pretensão da população desta localidade, foi objecto de um comunicado conjunto da Concelhia do PS de Benavente, da Federação Distrital de Santarém do PS e dos deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Santarém.

No comunicado, o PS lembra que, ao contrário de outros, «não prometeu a imediata criação do concelho de Samora Correia nem promoveu unilateralmente o agendamento de qualquer projecto nesse sentido, uma vez que não podia deixar de conhecer as limitações impostas pela lei-quadro de novos municípios».

Para o PS, «todos os que, de forma precipitada e porventura leviana, têm induzido em erro a boa-fé das pessoas prometendo-lhes o que não poderiam cumprir devem-lhes, certamente, uma explicação».

É que, referem os socialistas no comunicado, «não basta ter apresentado um projecto de lei para a elevação de Samora Correia a concelho. É igualmente indispensável garantir que esse projecto seja concordante com a lei-quadro de criação de novos municípios – o que os mesmos autores de projectos efectivamente não fizeram».

Sublinhando que a questão do regime legal da lei-quadro de criação de novos municípios é, na verdade, «essencial», o PS, ao nível da Concelhia de Benavente e da Federação de Santarém, e os deputados do distrito «assumirão, hoje como ontem, o seu apoio à criação do concelho de Samora Correia, cuja aprovação, porém, como foi referido, depende de opções prévias, cujo grau de consenso global não foi por enquanto obtido entre os partidos políticos com assento parlamentar».

Para os socialistas, «só falando verdade e actuando responsabilmente é legítimo esperar o apoio e a confiança dos eleitores».

«Verdade, responsabilidade, empenhamento e permanente abertura ao diálogo são, pois, as atitudes que todos podem continuar a esperar do PS e dos seus representantes», refere ainda, no comunicado, o PS.

COIMBRA

Solidariedade no Natal

No âmbito da quadra natalícia, o Secretariado da Federação de Coimbra do PS efectuou no dia 23 de Dezembro uma visita de paz e solidariedade a diversas instituições da cidade do Mondego.

Assim, na manhã do dia 23 uma delegação do PS/Coimbra, constituída por dirigentes nacionais, distritais e locais, visitou a Associação de Paralisia Cerebral, os hospitais da Universidade de Coimbra, o Centro Hospitalar de Coimbra (Covões) e os Bombeiros Voluntários de Coimbra.

A delegação do PS/Coimbra almoçou na Casa dos Pobres e de tarde visitou a Comunidade Juvenil de S. Francisco de Assis e o Ninho dos Pequenos/Associação Sorriso.

FAFE

José Ribeiro reeleito

O camarada José Ribeiro foi reeleito para o cargo de presidente da Comissão Política Concelhia de Fafe do PS.

O também presidente da Câmara Municipal de Fafe viu assim sufragada por uma ampla maioria a sua acção à frente da estrutura local dos socialistas, sendo mandatado para prosseguir o seu trabalho partidário nos próximos anos.

Votaram no acto eleitoral 113 militantes fafenses, tendo-se contabilizado 111 votos para a lista única apresentada a sufrágio e apenas 2 votos brancos.

Entretanto, o camarada Laurentino Dias, deputado à Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal, foi eleito presidente da Assembleia Geral.

Jantar de Natal do GP/PS Guterres homenageia Zenha

O camarada António Guterres aproveitou no dia 17 de Dezembro o jantar de Natal do Grupo Parlamentar do PS para prestar homenagem a Francisco Salgado Zenha, durante largos anos o número dois do PS, antigo líder da bancada socialista e ministro dos dois primeiros governos constitucionais.

O primeiro-ministro relembrou que Salgado Zenha «é a referência central» da sua vida política.

Elogiou no antigo dirigente do PS e insigne democrata e resistente antifascista «a sua frontalidade, coragem, honestidade, humildade e inteligência».

Outra figura alvo de homenagem no jantar de Natal, no Hotel Altis, em Lisboa, foi o ex-vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, o camarada Luís Filipe Madeira, que renunciou ao seu mandato de deputado.

Francisco Assis, líder da bancada socialista, destacou o «espírito livre e generoso» do deputado algarvio, palavras que seriam também partilhadas por António Guterres.

Sentando na mesma mesa do camarada Manuel Alegre e dos ministros António Costa e Maria de Belém, o secretário-geral do PS iniciou a sua curta intervenção avisando que não iria falar de política, já que o Natal é um período do ano «dedicado à família». «E nós, no PS, somos uma família fraterna, onde cada um pode ter ideias diferentes», frisou.

A ausência mais notada no jantar de Natal foi a de Almeida Santos, presidente da Assembleia da República e do PS, que se encontra em visita oficial à Índia.

Mas a festa socialista contou com a presença de um número significativo de membros do Governo, para além de várias dezenas de deputados.

No Hotel Altis, estiveram os ministros Mariano Gago, Vera Jardim, José Sócrates, Pina Moura e Elisa Ferreira, bem como os secretários de Estado António José Seguro, José Lello, Ricardo Magalhães, Vitalino Canas, Maranha das Neves, Arons de Carvalho, José Penedos, Ribeiro Mendes, Miguel Fontes, António Carlos Santos, Vítor Ramalho, Ana Benavente, Maria José Constâncio, José Guerreiro e Leonor Coutinho.

Direcção Grupo Parlamentar reforça apoio ao Governo em 1999

A direcção do Grupo Parlamentar do PS, que se reuniu no dia 29 de Dezembro para reflectir sobre o ano de 1999, considerou que assegurar o apoio às iniciativas do Governo é uma tarefa fundamental da bancada na última fase da legislatura.

O fundamental é apoiar as iniciativas do Governo, embora sem prejuízo de que o Grupo Parlamentar avance com uma ou outra iniciativa, afirmou Francisco Assis, líder da bancada.

Reforçar as ligações da bancada às federações do PS e ao próprio Partido como um todo, designadamente através de mais informação, é outro dos objectivos que ficaram assentes na reunião, disse ainda Francisco Assis, para quem «é essencial aumentar a ligação do Grupo Parlamentar com o Partido».

CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA LISBOA PAVILHÃO DOS DESPORTOS 6 e 7 de Fevereiro

Nos próximos dias 9, 10 e 11 de Janeiro deverão ser apresentadas nas respectivas Secções as listas dos candidatos a delegados ao próximo Congresso do PS. Estas listas deverão ser sufragadas nos dias 14, 15 e 16, respectivamente.



DE HOJE A UM ANO

Se o bug informático do milénio não nos causar surpresas de monta, de hoje a um ano Portugal estará a iniciar, com serenidade, a sua segunda presidência das instituições comunitárias. Dirigir a União Europeia (UE) será uma experiência qualitativa e quantitativamente diferente daquela em que a administração pública portuguesa se empenhou, com assinalável sentido de responsabilidade, em 1992. Iremos ter, perante nós, já não uma CEE em curso ascendente de integração, mas uma UE estabilizada em Maastricht e readequada em Amesterdão, a viver uma tensão não resolvida entre o cumprimento das ambições que o futuro alargamento impõe e a tentação centrípeta de reforçar e proteger, a todo o custo, o seu novo modelo económico-monetário, para que alguns pareçam estar dispostos a pagar, se necessário, o preço de uma diluição de parte do tecido das políticas criadas no passado.

Será uma estrutura nova, onde se reflectem as esperanças colocadas no desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), que, à época, estará a ensaiar os seus novos instrumentos e, eventualmente, a testar a vontade colectiva de garantir a respectiva compatibilidade com a construção de uma verdadeira identidade europeia de defesa e segurança, por todos afirmada como desejável, por alguns lida de forma quase diametralmente oposta. Acresce que, coincidindo a presidência da UE com a nossa presidência da União Europeia Ocidental (UEO), não é de excluir que um debate mais profundo neste domínio possa ter lugar durante este período.

No primeiro semestre de 2000 estaremos com certeza, a tentar desenvolver no seio da União os novos modelos de execução das políticas comunitárias no domínio da justiça e dos assuntos internos, que foram desenhadas em Amesterdão, e a que uma cimeira especial na presidência finlandesa procurará dar particular impulso. Na preocupação em que a UE vive de afirmar a sua utilidade aos cidadãos, o reforço das dimensões da luta contra a criminalidade e em favor da harmonização em algumas áreas judiciais, por um lado, e a fixação de regras comuns para tratamento dos fluxos migratórios, por outro, constituirão uma preocupação que marcará o centro da agenda comunitária do próximo futuro.

A presidência portuguesa terá ainda lugar num contexto especial, com o Parlamento Europeu com escassos meses de vida (dedicados estes à aprovação do orçamento e ao escrutínio individualizado dos novos comissários), com uma Comissão Europeia que tomará posse durante a próxima presidência portuguesa (logo, sem uma «cultura de colégio» susceptível de se traduzir em projectos imediatos), com um Tratado de Amesterdão com um escasso semestre de aplicação (o que implicará uma primeira abordagem às novas áreas que passa a cobrir e uma preocupação com a entrada em vigor dos novos poderes conferi-



dos a algumas instituições).

Na presidência portuguesa do primeiro semestre de 2000 reflectir-se-á igualmente a avaliação de um ano de vida da moeda única, com a reflexão sobre a eventual necessidade de caminhar para a harmonização de outras políticas colaterais de acompanhamento (em matéria fiscal, social, de emprego ou de reforço de coordenação económica), que podem vir a revelar-se indispensáveis para a boa execução do projecto comum. Contando que o período da presidência finlandesa, que nos antecederá, possa não encerrar o delicado tema da reforma institucional, que deverá preceder o alargamento, não é de excluir que Portugal tenha de se ocupar desta questão e contribuir para a estabilização daquele que irá ser dos mais polémicos debates no período imediatamente posterior ao encerramento da agenda 2000 – dando por adquirido que este último dossier encontra solução adequada ainda dentro de 1999. A tematização da presidência portuguesa tem, desta forma, alguns elementos previsíveis e algumas outras dimensões que acabarão por se confirmar, ou não, no decurso de ano que a antecede. Mas há

questões que terão que ter um tratamento garantido durante a nossa gestão da UE. Um assunto incontornável é, com certeza, o alargamento. Procuraremos acompanhar o tema à luz de critérios muito objectivos, isentos de voluntarismos políticos e assentes nos méritos da evolução individual dos candidatos, apoiados nas avaliações técnicas da Comissão, única base susceptível para garantir uma equidade de tratamento e não potenciar quaisquer favoritismos ou sentimentos de exclusão. O primeiro semestre de 2000 será também o cenário para o lançamento do novo ciclo de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde o papel da presidência, lado a lado com a Comissão, será de algum relevo, em particular em áreas em que, em termos de tratado, não existe ainda competência comunitária específica. A confirmar-se a possibilidade de realização da cimeira entre a União Europeia e a África, poderemos ver consagrada, durante a presidência portuguesa, a instituição de um modelo de diálogo político de novo tipo com um continente que não é alheio às preocupações diplomáticas prioritárias de muitos parceiros europeus.

Mas, no domínio das relações externas,

teremos de ir mais longe. Teremos de garantir o prosseguimento financeiro e politicamente sustentado do processo de cooperação mediterrânica, a progressiva substanciação de um diálogo operativo com a América Latina (encontros com os grupos do Rio de S. José, bem como com o Mercosul, fazem parte do nosso calendário de trabalho) e o prosseguimento do diálogo transatlântico, particularmente no momento em que o processo multilateral de liberalização inicia um novo ciclo. Trata-se de uma agenda existente, mas que desde há meses está a ser objecto da nossa atenção, com estruturas específicas de acompanhamento já em plena marcha. Não nos movem desejos de particular protagonismo, nem é nossa intenção distorcer, em favor de um conjunto nacional de interesses, aquilo que será o normal programa de acompanhamento do processo comunitário. Mas não nos permitiremos de induzir neste exercício a sensibilidade daquilo que é a leitura que fazemos do interesse europeu e que, por opção política muito marcada do Governo, consideramos como parte integrante do próprio interesse nacional.

In «Diário de Notícias»



PONTOS NOS III'S

As declarações do Dr. Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, são normalmente recebidas com humor, bonomia e algum desprezo. Há a ideia adquirida na «classe política portuguesa» e também em sectores cada vez mais amplos da opinião pública, que o homem é inimitável e, portanto, não é para levar a sério.

Nunca me conformei com este juízo e, sobretudo, com uma certa atitude de «assobiar para as árvores» que mais não é do que uma tentativa de controlar danos, neste caso com escassa probabilidade de sucesso. É que com as questões da democracia não se brinca e, sobretudo, não pode brincar quem exerce funções políticas exclusivamente à boleia do regime democrático. Ao afirmar que em «Portugal não há eleições livres» e que é preciso denunciar esta situação perante a comunidade internacional, o Dr. Alberto João Jardim não foi apenas grotesco, foi sobretudo antipatriota e antidemocrata.

As declarações do Presidente do Governo Regional da Madeira são de uma enorme gravidade e não podem passar sem uma reacção violenta dos órgãos institucionais da democracia portuguesa e, desde logo, do Presidente da República. Compete, como sabemos, ao Presidente da

República «assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas», e se fossem verdadeiras as afrontosas declarações do Dr. Alberto João Jardim estaríamos perante uma situação tipo configuradora daquela situação.

O silêncio neste caso é, a meu ver, manifestamente curto.

Tem aliás sido divulgadas nos últimos tempos declarações de responsáveis do PSD, que não tendo a gravidade das agora proferidas pelo Presidente do Governo Regional, assentam num evidente equívoco.

O equívoco tem naturalmente a ver com a cultura democrática de cada um e consequentemente com a sua maior ou menor dificuldade em aceitar as regras do jogo democrático.

O PS ganhou as eleições de 1995, conseguindo um resultado muito próximo da maioria absoluta, que foi entendido (e bem), pelo Governo, como um sinal inequívoco de confiança, mas de igual modo como uma inegável exigência de transparência e diálogo.

À luz desta cultura democrática, o governo tem vindo («às vezes excessivamente») a despartidarizar o aparelho de Estado, a aliviar a Comunicação Social publica de qualquer tipo de pressão ou tutela («habitual com o governo anterior») e a tratar os diversos poderes «económicos, sociais e culturais»

em harmonia com o respectivo mérito e não com a sua fidelidade ou interesse partidários.

Exactamente o contrário do que se passava no período de «governação cavaquista» e se passa ainda hoje na região autónoma. Aqui sim, como tem sido abundantemente denunciado por forças políticas diversas e, sobretudo, pelos órgãos de comunicação social vive-se uma situação de democracia controlada.

Pois apesar desta evidência ninguém reclamou a «dissolução do poder na Madeira» nem fez a denúncia da situação à opinião pública internacional e, muito menos, propôs a desistência de participação em eleições futuras.

Ora esta atitude torna a caricata posição do Dr. Alberto João Jardim ainda mais grave e merecedora de repúdio.

Enganam-se os que pensam que estamos perante o quadro habitual de chantagem sobre a República, a fim de obter benefícios financeiros indevidos que acabam por servir, eles próprios, para eternizar a natureza do poder exercido.

Mesmo que fosse, também desta vez, só isto, estaríamos perante uma situação qualitativamente nova, pois o «instrumento da chantagem» é o próprio funcionamento da democracia.

Ora, «isto» não é tolerável !

«Hoje o País demonstra confiança no seu futuro. Há um clima de optimismo. Para um número significativo de portugueses as condições de vida melhoraram. Este é, por isso, o tempo de dar continuidade ao esforço de modernização e desenvolvimento do País, sem esquecer os mais desfavorecidos.»

Jorge Sampaio
Mensagem de Ano Novo,
1 de Janeiro

«É necessário não ignorar que existem sérias desigualdades sociais em Portugal.»

Idem, ibidem

«Os prisioneiros do Tarrafal foram testemunhas do estado de espírito (nazi-fascista) daqueles que Salazar encarregara de os torturar e aniquilar.»

Edmundo Pedro
Diário de Notícias,
29 de Dezembro

«A alma do euro entra no corpo do escudo.»

Sousa Franco
Público, 5 de Janeiro

«Tudo leva a crer que a próxima proposta de Alberto João Jardim será para o PSD não entrar em eleições "enquanto o povo português não for mudado".»

Eduardo Prado Coelho
Público, 4 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz